

DOC. Nº VII

→ MOBRAZ. PLANO DE AÇÃO DO MOBRAZ - 1985 caixa 74

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC

SECRETARIA DE ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS - SEPS

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL

PLANO DE AÇÃO
DO
MOBRAL

-- 1985 --

Fevereiro de 1985

Í N D I C E

1. APRESENTAÇÃO DA FILOSOFIA EDUCACIONAL

- 1.1. Conceituação da função Educação de Adultos
- 1.2. A questão social do analfabetismo
- 1.3. A participação e a Educação Comunitária

2. DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

- 2.1. Flexibilidade institucional
- 2.2. Planejamento participativo e flexibilidade curricular
- 2.3. O papel dos recursos humanos na proposta educativa do MOBRL
- 2.4. Integração de funções

3. ATUAÇÃO DO MOBRL CENTRAL: O suporte à ação das COORDs

- 3.1. Introdução
- 3.2. As grandes áreas de atuação interdepartamental

4. AÇÕES DE SUSTENTAÇÃO INSTITUCIONAL

- 4.1. Reforço às estruturas municipais
- 4.2. Apoio ao educando no processo de educação não-formal
- 4.3. Apoio e promoção do agente educativo

5. PROGRAMAÇÃO MOBRL 85

- 5.1. A proposta educativa do MOBRL, segundo as demandas da comunidade
- 5.2. Da proposta de educação supletiva
- 5.3. Educação Pré-Escolar
- 5.4. Desenvolvimento Cultural
- 5.5. Difusão de Noções Básicas de Saúde, Higiene e Alimentação
- 5.6. Recursos Humanos

6. ANEXOS

- 6.1. Quadro resumo: Metas físicas para 1985
- 6.2. Quadro resumo: Recursos financeiros para programas/ações e manutenção das COORDs - 1985
- 6.3. Resumo do Plano de Ação de cada COORD - 1985

1. APRESENTAÇÃO DA FILOSOFIA EDUCACIONAL

1.1. Conceituação da função Educação de Adultos

O MOBRAL, em sua acepção mais genérica, deve ser considerado como uma agência educativa especializada em Educação de Adultos e responsável pela execução de sua política a través da prestação de serviços básicos no campo da educação à população adulta e adolescente.

Cabe fixar de imediato a que campo conceitual o termo Educação de Adultos está se referindo na medida que o mesmo se presta a diversas interpretações e definições. Sob a ótica do MOBRAL, a Educação de Adultos situa-se como uma prática social abrangente, orientada especificamente para os segmentos de baixas rendas da população nacional, incorporando em seu interior propostas pedagógicas de alfabetização e de educação continuada, na modalidade não-formal, para o atendimento àqueles que foram excluídos de seu acesso. Ao mesmo tempo, a praxis da Educação de Adultos é o próprio processo existencial, individual e coletivo, do adolescente e do adulto e, por isso mesmo, abarca um outro conjunto de ações educativas integrado à esfera da instrução porém diretamente vinculado à sua realidade social imediata; trabalho, saúde, cultura, organização comunitária.

Diferente da criança cuja escolarização visa o seu desempenho futuro como cidadão e ator econômico, a educação para o adulto e adolescente se centra sobre o seu presente e para o seu presente, demandando a adequação entre o conhecimento a ser adquirido e a sua aplicabilidade concreta, quer ao nível material ou simbólico, quer no exercício de sua cidadania como indicador de sua participação social plena.

Por esta razão, a educação de adultos, além de ser uma nova chance de escolarização — aquisição de instrução — e um requisito da sociedade letrada que caracteriza o mundo moderno, é um processo educativo amplo, dotado de metodologia própria, que deve cumprir o objetivo de desenvolvimento cultural da população, de ampliação de suas experiências, de aquisição de perspectiva crítica de sua situação de atraso e de formas de expressar as suas necessidades e satisfações. É, portanto, a modalidade de educação não-formal que melhor se adequa à flexibilidade de atendimento à diferenciação regional brasileira e, portanto, capaz de criatividade nas respostas às demandas definidas a partir das próprias comunidades.

No documento "Referenciais Básicos para a Educação de Adultos no âmbito do MOBREAL" esta questão é amplamente discutida além de estar definida a dimensão política que a mesma assume.

"Quando se aponta uma educação não-formal, não se subestima a aquisição do código escrito como habilitação social. Ao contrário, vincula-se a necessidade de a população ter esse direito garantido à intenção de uma educação para a mudança.

Pressupõe-se a participação do povo como sujeito da construção/reconstrução de uma sociedade democrática e mais justa, quando se sabe que, nos países subdesenvolvidos, a sociedade não dispõe de um efetivo planejamento de redistribuição de benefícios e riquezas, e que é preciso que toda a população possa influir para conquistar esse estágio.

Dessa forma, a Educação de Adultos no âmbito do MOBREAL opta por uma atenção educacional que detecta nas necessidades da população as suas formas de atuar junto a essa mesma população, nas áreas de educação supletiva, de educação em saúde, educação para o trabalho, e cultura, levando em conta a complexidade do problema do analfabetismo, que não se restringe ao desconhecimento do código escrito.

Enquanto agência educativa, reconhecendo suas limitações, o MOBREAL não extrapola sua função e competência sociais, mas cria para sua atuação o papel de intermediador para demandas da população junto a outras agências e poderes constituídos. Nessas ocasiões, sua atuação ainda se deve caracterizar como um serviço educacional prestado à população de baixa renda, já que o universo da pobreza se configura por um conjunto de necessidades além da educação."

1.2. A questão social do analfabetismo

A abrangência da ação do MOBREAL decorre do fato de considerar o analfabetismo como uma questão social que afeta preponderantemente as áreas subdesenvolvidas do país, devido à incidência simultânea de múltiplas carências — econômicas

ca, política, cultural, educacional — que marcam as disparidades entre as classes sociais e que conduzem a uma correlação fatal entre pobreza e analfabetismo, mesmo naqueles estados mais ricos da Federação.

Reconhecendo que o problema social do analfabetismo extrapola a ação alfabetizadora em seu aspecto puramente instrumental, o MOBRAL trabalha com outras modalidades de atendimento educacional, mas sempre orientado no sentido de garantir, a todos aqueles que assim o desejarem, o direito à alfabetização e à escolaridade correspondente às 4 primeiras séries do 1º grau. Ao desenvolver a educação supletiva, o MOBRAL reconhece os modos de organização social dos grupos envolvidos e a partir daí procura utilizar um conjunto de procedimentos didático-pedagógicos que resultem em reflexão crítica de sua realidade social e que conduza a formas associativas de participação efetiva.

Embora a educação supletiva possa assumir distintas configurações porque diversificado e plural é o contexto social brasileiro, essa flexibilidade, no entanto, não representa uma anarquia curricular, na medida que está sujeita à adoção de um conteúdo mínimo comum a todo país, configurando-se, por sua vez, como oportunidade de continuidade de estudos nos níveis subseqüentes de ensino.

O conceito de Educação de Adultos adotado pelo MOBRAL, conforme anteriormente mencionado, passa por outras definições de caráter institucional. Por isso, torna-se necessário explicitar os seus pressupostos filosóficos e a estrutura organizacional que propicia a operacionalização eficiente da aquele conceito e que marcam as propostas de ação para 1985.

1.3. A participação e a Educação Comunitária

A proposta educativa do MOBRAL para 1985 centra-se sobre a metodologia de Educação Comunitária que vem sendo gradualmente aplicada na programação elaborada nos dois últimos anos, e cujos resultados, bastante significativos, foram objeto de discussão em todos os níveis da Instituição, adotando-se, a partir desse consenso interno, a metodologia de Educação Comunitária como determinação do trabalho educativo cujo fundamento se assenta sobre o princípio da participação.

Entende-se que a metodologia de educação comunitária deva fortalecer o processo de grupalização, gerar situações de aprendizagem participativa e permitir a construção de

propostas educativas conjuntas entre a Instituição e as comunidades.

Contudo, a prática educativa configurada por um espaço cultural determinado não implica em uma camisa-de-força para essas populações. Supõe respeitar os padrões culturais de vida e de aprendizagem da população envolvida mas, simultaneamente, oferecer a essa mesma população, ao lado da oportunidade de valorar sua própria cultura, o conhecimento de outros padrões culturais que lhe permita uma leitura crítica de sua própria realidade, redescobrimdo sua tradição histórica e se inscrevendo no contexto global da sociedade nacional visando à eliminação de todas as manifestações da marginalidade social.

A metodologia de Educação Comunitária parte da premissa fundamental que o adulto tem a sua visão de mundo decorrente de sua inserção na sociedade e que, por isso, tem um saber socialmente acumulado, fruto da experiência de vida. Paralelamente também existe um outro saber socialmente acumulado, resultante de um conhecimento sistematizado e intelectualmente elaborado — o saber da cultura dominante. Assim, a Educação de Adultos deve trabalhar esses dois saberes, visando à produção de um novo conhecimento.

Segundo O'Gorman (*) é necessário "começar com o que as pessoas conhecem, com sua vivência, com sua realidade; ajudar as pessoas a organizarem seus próprios conhecimentos; aprofundar o que é conhecido pela reflexão conjunta e partilha do saber; detectar juntos o que falta nesse conhecimento; buscar novas informações ou técnicas para continuar o aperfeiçoamento em função da plena realização da pessoa humana e formação da sociedade". Essa é a forma elegida pelo MOBREAL em sua relação com as comunidades locais para a ação educativa que realiza junto à população adulta.

2. DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

2.1. Flexibilidade Institucional

A partir da metodologia da Educação Comunitária utilizada pelo MOBREAL, espera-se que a comunidade, além de formular suas

(*) Frances O'Gorman. Educação Básica Não-Formal: Perspectivas e Questionamentos. (mimeo)

propostas frente aos órgãos prestadores de serviços especializados, torne-se capaz de cogerir e de alcançar a autonomia da administração plena das ações por ela demandada. Para tal, o sucesso da operacionalização desta metodologia reside na prática efetiva da participação que passa a ser o princípio orientador de todas as ações e programas educativos de responsabilidade do MOBRAL.

Como corolário necessário desta premissa, estabelecem-se novas formas de relações intraorganizacionais que passam a se caracterizar pelo processo de descentralização administrativa. Desse modo, as Coordenações ganham mais espaço de cisório em relação ao trabalho a ser desenvolvido em seus respectivos Estados e Territórios, porém cabendo ao MOBRAL CENTRAL maior responsabilidade na medida que amplia a necessidade de se preparar e de se organizar para lidar com a diversidade das realidades locais e com a especificidade resultante das propostas elaboradas por suas próprias populações.

2.2. Planejamento Participativo e flexibilidade curricular

Frente a essas mudanças institucionais, duas funções ganham relevância nesse quadro: o planejamento — que passa a assumir, de forma sistemática, o modo participativo — e a capacitação de seus recursos humanos — que passa a ser considerada como variável crucial de apoio na habilitação do corpo técnico para empreender/realizar as novas premissas educativas do MOBRAL.

Conforme já mencionado, convertendo-se a participação no objetivo da atual atividade educacional do MOBRAL, o planejamento destaca-se como um momento privilegiado na medida que explicita como a população apreende a realidade social na qual está inscrita e as formas de controle, do tempo e do espaço cultural, que consegue estabelecer em seu proveito.

Se a educação é um fenômeno de realização permanente, o planejamento participativo é uma atividade constante que deve refletir a dinâmica social e servir como caminho para alcançar, mutuamente, níveis de interação, organização e consciência crescentes. A educação comunitária — que possibilita a população assumir a ação educativa como própria, em si e para si, e participar de suas etapas de planejamento, execução e controle — pressupõe a não-terminalidade, ela não se esgota na elaboração da proposta educativa. Significa, portanto, incluir ou tornar fundamental o elemento participativo no processo pedagógico de percepção das possibilidades da população em ampliar o seu espaço de reflexão e decisão.

A participação, como pré-condição para reflexão mais profunda sobre si mesmo enquanto presente e futuro, significa torná-la mediação no trânsito das transformações sociais. Ou seja, a comunidade percebe ser possível o processamento de uma fundamental metamorfose: de um saber popular esparso e difuso — o saber na comunidade — para um saber popular valorizado e instrumentalizado — o saber da comunidade.

Dessa forma, o planejamento participativo pressupõe, além da formulação e operacionalização de uma proposta educativa adequada às estratégias de sobrevivência da população, que a mesma se encontre vinculada ao acompanhamento avaliativo do processo, em conjunto com o corpo técnico do órgão público encarregado de sua implementação, implicando, na sua descentralização burocrática.

Ao invés do MOBRAL CENTRAL formular "a priori" os parâmetros de atuação das comunidades, como vinha sendo até recentemente, criaram-se oportunidades para que elas próprias determinem esses parâmetros, assim como o conteúdo e a forma preferencial de implantação das atividades educativas.

Nessa nova configuração, a população não se coloca como um espectador para o planejador construir o seu plano de ação. Ela se transforma em ator e autor simultaneamente, na medida que juntamente com o MOBRAL — através dos seus agentes e de suas organizações de base — elabora conjuntamente suas propostas após a análise crítica de sua realidade e a detecção de seus "déficits" sociais e, em particular, o educacional, a partir da montagem do seu diagnóstico. O planejamento participativo não ocorre apenas em um determinado momento, segue-se no acompanhamento e avaliação do que foi projetado e quanto sua eficiência e eficácia sociais. As correções no curso dos programas são momentos de extrema importância pois implicam tomadas de decisões e equivalem a formas, por vezes simplificadas mas não menos importantes, de planejamento participativo.

2.3. O papel dos recursos humanos na proposta educativa do MOBRAL

A segunda dimensão relevante nesta postura de democratização de acesso da população à formulação e gerenciamento de suas demandas educacionais, refere-se à nova política de capacitação/treinamento dos quadros técnico e administrativo de todos os níveis que compõem a estrutura institucional do MOBRAL. Isso porque, ao descentralizar suas decisões, o MOBRAL não perde sua característica básica de formador e prestador de

serviços educacionais às populações adultas de baixas rendas. Transfere do órgão central para suas Coordenações Estaduais/Territoriais-COORD o planejamento, até então centralizado, para o tipo participativo que passa a ser realizado em cada município brasileiro.

Para o sucesso dessas premissas básicas torna-se necessário que se assegure um elevado nível de competência profissional que permeie todo o órgão, principalmente, ao nível dos educadores de campo, dos agentes de supervisão educacional e dos atores sociais encarregados da atuação municipal através da estrutura municipalista do MOBREAL — a Comissão Municipal.

O MOBREAL sempre se preocupou com a capacitação de seu pessoal. Entretanto, as diferentes propostas eram realizadas isoladamente, sem representar o desenvolvimento de ações que, coerentes com os princípios metodológicos, guardassem interdependência e complementaridade. O Plano Geral de Capacitação, a ser realizado em 1985, objetiva sistematizar as ações de capacitação e deve ser entendido como um meio de garantir a unidade teórico-metodológica da proposta educativa do MOBREAL, ainda que considerada a diversidade de suas ações. Pretende ele, ao sistematizar as ações de capacitação, preservar a unidade teórico-metodológica levando em conta conteúdos pedagógicos e administrativos, tendo em vista a necessidade e importância da interação desses aspectos para a realização de qualquer projeto educacional.

O processo de capacitação deve alcançar todo o corpo técnico (MOBREAL CENTRAL e COORD), com vistas ao aprimoramento permanente do exercício de suas funções, e assumirá formas próprias a cada COORD, de acordo com suas características de trabalho e de recursos humanos e poderá variar em função de diferentes abordagens de estudo dos temas.

A construção do conhecimento, no processo de capacitação, deve iniciar-se pela sistematização de uma reflexão crítica da experiência técnica vivenciada. A esse conhecimento deve juntar-se um aprofundamento teórico e o conhecimento de outras práticas educativas, buscando-se cooperativamente, a descoberta de novos caminhos e modos de fazer mais adequados ao momento atual da educação e da própria sociedade brasileira.

A metodologia a ser desenvolvida no Plano Geral de Capacitação, coerente com os referenciais teóricos e princípios que informam a proposta educativa da instituição, leva em consideração os seguintes objetivos:

- o fortalecimento do processo de grupalização, gerando situações de aprendizagem participativa;

- a construção do conhecimento pautada no exercício do pensamento crítico-reflexivo, do diálogo;
- a produção de um novo saber técnico operado a partir da experiência de cada um e de todos, reelaborada à luz de aportes teórico-conceituais.

Do acima exposto, o Plano Geral de Capacitação as^{sume}, entre as estratégias viabilizadoras para a plena consecução das ações educativas a que o órgão se propõe como seus objetivos institucionais, um papel relevante.

2.4. Integração de funções

Durante 1984, foram levados a efeito estudos e seminários, no MOB^{RA}L CENTRAL, visando obter um perfil institucional que se caracterizasse por um trabalho conjunto de todos seus departamentos e divisões a fim de evitar superposições ou hiatos concernentes à consecução dos objetivos que regem esta Fundação. Dessa forma, a integração das funções específicas de cada Departamento passou a ser requisito para a formulação de propostas e realização das tarefas educativas assim como àquelas ações referentes tanto à infraestrutura básica administrativo-financeira como à superestrutura simbólica da comunicação social.

O Plano Geral de Capacitação do MOB^{RA}L, previsto para 1985, é a resultante desta abordagem integrada e interativa que marca, simultaneamente, a orientação do trabalho educativo e o padrão técnico e comportamental do seu quadro funcional. A construção do documento "Referenciais Básicos para a Educação de Adultos no Âmbito do MOB^{RA}L"—no qual se encontra contido a indicação da proposta para uma capacitação plena, integral e integrada de todo corpo técnico do MOB^{RA}L visam do fortalecer suas ações educativas e operacionais—deve ser considerada como matriz geradora deste Plano de Capacitação na medida que representa o primeiro movimento de abordagem integrada do trabalho do MOB^{RA}L.

O princípio integrativo de tipo horizontal (interdepartamental) não se esgota no MOB^{RA}L CENTRAL. Ele se reflete/reproduz ao nível interno das COORDs a fim de consolidar globalmente esse novo modo institucional do MOB^{RA}L que se caracteriza, também, pela descentralização das atividades administrativas e educacionais. Essa descentralização não significa a justaposição de áreas estanques, cada nível atuando isoladamente. Ao contrário, ela impõe e requer novas formas de relacionamento interativo e integrador, entre MOB^{RA}L CENTRAL e COORDs e entre estas e as COMUNs, a fim de dar prosseguimento

técnico-operativo aos planos de ação elaborados — a integra
ção de tipo vertical.

O trabalho de todos os departamentos em seu conjunto — nas atividades específicas ou nas tarefas de inter-asso-
ciação — orientar-se-ã, em 1985, em direção a três ações refe-
ridas à sustentação institucional:

- reforço às estruturas municipais;
- apoio ao educando no processo de educação não-
formal;
- promoção e apoio ao agente educativo.

3. ATUAÇÃO DO MOBRAL CENTRAL, O SUPORTE À AÇÃO DAS COORDS

3.1. Introdução

A diversidade das propostas educativas das COORDs para 1985 trouxe, como decorrência, a necessidade de se rever a atuação do órgão central do MOBRAL no que tange a cada Unida de da Federação.

Na verdade, cada COORD deverá merecer um tipo de apoio do MOBRAL CENTRAL, próprio às características de sua proposta educativa, no sentido de facilitar o desenvolvimento da ação planejada e, de contribuir para que a prática educativa do MOBRAL se apresente eficiente e eficaz tendo em vista a po pulação a que se destina.

O suporte do MOBRAL CENTRAL, expresso no seu Pla no de Ação, traduz-se pelas linhas gerais de apoio ao trabalho das COORDs, e tem como preocupação as ações de sustentação pro postas, isto é, o reforço às estruturas municipais, o apoio ao educando no processo de educação não-formal e o apoio/promoc ção do agente educando. Estas linhas permeiam a atividade de cada Departamento que não perde sua especificidade e espaço próprio de atribuições.

O detalhamento das ações a serem desenvolvidas pelo MOBRAL CENTRAL, como apoio às Coordenações, estará contido no Plano de Ação específico de cada Departamento, e se realiza rá, efetivamente, ao longo do ano em função das necessidades i dentificadas, quer no desenvolvimento do trabalho em campo, quer nos momentos de avaliação e replanejamento das ações jun to às comunidades.

A construção de planos específicos, de cada Departamento, implica que, em sua elaboração e subsequente operacio nalização, seja levado em conta o princípio da integração de partamental.

3.2. As grandes áreas de atuação interdepartamental

O MOBRAL CENTRAL, na sua função de suporte à ação das Coordenações, definiu sua atuação, em 1985, em grandes áre as de atuação.

A opção pela apresentação por áreas de atuação e não por departamentos, visa, essencialmente, atender ao princípio básico de integração. Essas grandes áreas, descritas através de linhas gerais de apoio às COORDs estarão, presentes nas atividades de cada departamento.

Estudos e Produção Técnica

A área de estudos e produção técnica terá como objetivos:

- estudar, atualizar, produzir, disseminar e divulgar temas e experiências externas relativos às áreas de educação, especialmente de adultos, planejamento, acompanhamento, avaliação e comunicação;

- estudar e propor, de forma conjunta com as Coordenações, estratégias, métodos e recursos instrucionais alternativos que respondam às necessidades das COORDs;

- promover o intercâmbio com outras entidades e com o meio acadêmico, de um modo geral, para subsídio à produção técnica, e suporte à ação das COORDs;

- elaborar subsídios para o intercâmbio das COORDs com as universidades locais, tendo em vista as ações do MOBREAL em cada estado/território;

- atualizar o acervo das COORDs no tocante ao envolvimento sistemático de publicações, em especial na área de educação de adultos.

Planejamento

Esta área define como prioridades para 1985:

- aprofundar, em nível teórico e prático, os conteúdos de planejamento participativo (metodologia sistemática operacional, estratégia e instrumentos, principalmente o diagnóstico) em conjunto com as Coordenações, tendo como base as especificidades inerentes aos planos de ação estaduais/territoriais e considerando aspectos como:

- linhas de planejamento educacional;
- princípios de participação e de descentralização;
- formas alternativas de levantamento, organização, tratamento e utilização das informações de diagnóstico;

- mecanismos de repasse dos dados obtidos através de diagnóstico à população-alvo para que deles se apropriem e façam uso;

- critérios de planejamento e replanejamento físico e financeiro.

- . respaldar, com recursos técnicos e humanos, as iniciativas das COORDs relacionadas a eventos que viabilizem a inserção do MOBREAL nos Planos Municipais de Educação e a articulação com instituições que realizem atividades afins.

- . organizar e disseminar dados e informações físicas, sócio-geodemográficas, financeiras, econômicas e educacionais nos níveis nacional, estadual e municipal que apresentem condições de subsidiar o planejamento e o replanejamento em todos os níveis, formulando, ainda indicadores de acompanhamento e de controle.

- . simplificar rotinas e controles que assegurem a agilização de procedimentos administrativos.

Capacitação

A capacitação, em todas as áreas terá como objetivos:

- . contribuir para a contínua habilitação técnica das equipes das COORD para o exercício das funções de planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação das propostas educativas, bem como, das funções administrativo-financeira, de relações externas, captação de recursos e comunicação.

- . atingir, por intermédio das COORDs, o aprimoramento do desempenho técnico-pedagógico dos agentes dos demais níveis institucionais locais, bem como o resultado das ações educativas.

No desenvolvimento do processo de capacitação serão adotadas modalidades de capacitação direta e indireta. Será considerada modalidade de capacitação direta a que ocorrer por meio da cooperação de técnicos do MOBREAL CENTRAL, quer esta aconteça nos momentos solicitados pelas COORDs, ou naqueles promovidos pelo órgão central. Constituirá modalidade de capacitação indireta aquela em que o MOBREAL CENTRAL apenas fornecer subsídios para estudo por parte das equipes técnicas das COORDs, inclusive, através da produção de materiais dirigidos aos recursos humanos do MOBREAL em todos os níveis. Essa modalidade admite, também, a participação de técnicos em cursos promovidos pelo MOBREAL e/ou outras entidades, especialmente Universidades, prioritariamente na área de educação de adultos.

Está previsto ainda, o início de um trabalho junto às COMUNS visando a reciclagem das bases executivas sobre aspectos técnico-administrativos.

Além das formas de trabalho em que o MOBREAL presta cooperação técnica direta ou indiretamente, o MOBREAL prevê, também, a participação de recursos humanos locais qualificados, mediante contratação por tempo determinado de consultores indicados no Estado/Território, para atuarem no processo, consolidando-se, assim, a prática de trabalho conjunto com outras instituições educacionais e/ou de pesquisa existentes em nível local.

Para o desenvolvimento de suas ações o MOBREAL CENTRAL deverá promover a capacitação interna dos seus técnicos levando em conta tanto a especificidade de atuação de cada Departamento, quanto o Plano de Capacitação Global da Instituição.

Acompanhamento

A área de acompanhamento terá como objetivos:

- . aperfeiçoar a sistemática de acompanhamento e controle visando apoiar a COORD, na sua especificidade de trabalho, e realimentar o órgão central quanto às ações desenvolvidas;

- . sistematizar as ações desenvolvidas por cada COORD no sentido de promover o intercâmbio de experiências entre elas, de subsidiar os momentos de replanejamento, de contribuir para a elaboração de novas propostas educativas e, de levantar indicadores para o estabelecimento de novas linhas de ação;

- . definir a metodologia, inclusive, os instrumentos e procedimentos, linhas de análise quantitativa e qualitativa de acompanhamento global e específico a cada COORD;

- . definir o Sistema de Controle das ações institucionais através do relacionamento direto com a rede, e as formas de disseminação das informações.

Avaliação e Pesquisa

A ação de avaliação e pesquisa — objetiva desenvolver a reflexão crítica em torno do papel da avaliação e da pesquisa e a competência técnico-metodológica em avaliação e pesquisa, utilizando as seguintes estratégias de trabalho:

- a investigação dos próprios referenciais da proposta educativa do Órgão;

- investigação de cada uma das ações educativas, de acordo com o modo como essas ações se configuram nas COORDs, considerando as propostas diversificadas;

- estudo, proposição e adoção de novas técnicas de pesquisa e avaliação voltadas para a investigação em educação e, em especial, em educação de adultos.

Administrativa Financeira

As linhas gerais de ação terão como objetivo:

. formalizar a dotação de recursos humanos de cada COORD;

. suprir os recursos humanos necessários à atuação do Órgão Central e das COORDs segundo a identificação das necessidades internas quantitativas e qualitativas, e de acordo com as possibilidades legais;

. estabelecer os novos critérios de recrutamento e seleção de pessoal;

. atualizar e adaptar o plano de cargos, salários, benefícios e vantagens;

. criar, via processamento eletrônico de dados, o cadastro perfil pessoal-profissional dos servidores;

. automatizar o relatório de atividades de pessoal nas COORDs;

. rever a sistemática de liberação de recursos, os prazos de aplicação, controle de movimentação, e análise de prestação de contas;

. implantar o novo sistema contábil computadorizado para facilitar o processo de contabilização orçamentária financeira e patrimonial;

. definir a política de materiais como fator gerador de economia e, conseqüentemente, rever os procedimentos até então utilizados;

. implantar a automação do sistema de controle de material de consumo e bens patrimoniais e, das áreas de biblioteca e protocolo.

Para tanto, a área administrativo-financeira procurará rever ou atualizar normas, criar novos mecanismos, rotinas e procedimentos e utilizar, de forma mais abrangente, o processamento eletrônico de dados como mecanismo de suporte.

Relações Externas e Captação de Recursos

Esta área objetiva, para o exercício de 1985, dar continuidade ao trabalho efetuado no ano anterior reforçando a ação a ser desenvolvida, nas seguintes linhas:

- Indicação dos 2% de pessoas jurídicas;
- ação empresarial;
- fontes alternativas de recursos.

A captação de recursos de fontes convencionais, identificação de fontes alternativas, novas formas de ação empresarial e o treinamento e perfil especializado do "funcionário-captador" ao nível do MOBRAL CENTRAL e das COORDs constituem o cerne das atividades dessa área.

Lado a lado da captação de recursos, pretende-se a intensificação de convênios entre MOBRAL e outras entidades públicas e privadas, visando trabalho conjunto do tipo complementar/suplementar na área da educação, consolidando, desta forma, um relacionamento permanente junto aos vários tipos de instituições e empresas interessadas na promoção da educação brasileira.

Ao nível das relações internacionais, propõe-se em contato estreito com universidades estrangeiras que se dedicam ao estudo e pesquisa da educação de adultos a fim de promover uma política de intercâmbio técnico-acadêmico, além de proporcionar aos técnicos do MOBRAL a possibilidade de treinamento avançado ao nível de pós-graduação em instituições de ensino superior. Propõe-se, ainda, a continuidade ao relacionamento que vem sendo mantido com os organismos internacionais — mundiais e regionais — que atuam na área de Educação além de desenvolver, em profundidade, os contatos especializados junto à UNESCO assim como participar de seus concursos/prêmios.

Para 1985, planeja-se, junto ao público internacional, a divulgação do trabalho comunitário que o MOBRAL vem realizando.

Comunicação

A área de comunicação social orienta-se, não só para a produção gráfica de material didático e dos meios de comunicação de massa convencionais — jornais, boletins e informativos — destinados aos públicos interno e externo do MOBRAL, mas principalmente no sentido de sensibilizar a opinião pública frente à nova proposta educativa do MOBRAL.

A atuação se diversifica em decorrência das várias populações destinatárias e seu objetivo visa alcançar, em 1985, a divulgação efetiva do trabalho do MOBRAL, através da conscientização do significado da Educação de Adultos na modalidade não-formal e de suas dificuldades e complexidades, a fim de alterar a imagem atual para uma aceitação positiva quanto à sua filosofia e seu desempenho educacionais.

Junto ao público interno, as ações de comunicação tem como objetivo a valorização dos supervisores, voluntários, membros da COMUN e líderes da comunidade.

Entre as ações propostas para 1985, constam projetos específicos em áreas novas de assentamento, e continuidade, com as devidas adequações às novas situações de programas que já vem sendo realizados: Projeto 28, Imagens MOBRAL, Comunicação Corporativa, MOBRAL Urgente, Radiodifusão, Domingo MOBRAL, entre outros.

Melhoria da Capacidade Operativa das COORDs

As linhas gerais de suporte do MOBRAL CENTRAL ao trabalho das COORDs deverão estar voltadas para a melhoria da capacidade operativa das COORDs em todos os aspectos.

No que diz respeito aos procedimentos a serem adotados pelo MOBRAL CENTRAL estão previstos:

- criação de medidas de aperfeiçoamento operacional da Instituição considerando, especialmente, o princípio da descentralização;

- estabelecimento, sistematização e correção de fluxos internos de relacionamento que contribuam para otimizar e agilizar a ação em campo;

- realização de estudos para o aprimoramento da função de supervisão/acompanhamento, tendo como referencial básico as diversas realidades das COORDs.

4. AÇÕES DE SUSTENTAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1. Reforço às estruturas municipais

No intuito de garantir a realização eficiente da sua programação educacional, o MOBREAL sempre se preocupou em criar mecanismos institucionais de treinamento de seus recursos humanos, de supervisão e de acompanhamento das atividades educativas ao nível dos municípios/localidades.

Sua atual estrutura organizacional — que se fundamenta operativamente pela descentralização e diversificação das ações pedagógicas e administrativas — tornou necessário e inadiável a discussão crítica do papel das Comissões Municipais e seu relacionamento com as comunidades, do funcionamento do sistema de supervisão, e das novas responsabilidades atribuídas às COORDs frente ao alargamento de seu espaço decisório. Neste sentido, foram revistos e/ou criados novos procedimentos institucionais, suficientemente flexíveis, para dar conta dos objetivos fixados pelo MOBREAL em sua política de Educação de Adultos que se assenta em dois grandes pressupostos metodológicos: a educação comunitária e o planejamento participativo.

O processo de descentralização/desconcentração foi gradativamente sendo ampliado e merece destaque a criação e retomada do Comitê de Representantes numa busca de maior participação dos Coordenadores na linha de assessoramento do processo decisório da Instituição, sendo incorporado organicamente à Administração através das NORM-ORG-08 e 09 (Portaria 190 de 25.09.84); a equiparação hierárquica entre Coordenadores e Chefes de Departamento, regulamentada através da Portaria 301, de 28.08.84; a instituição dos vários fundos (FUCAP, FUCOM) para agilizar a movimentação financeira das COORDs; a implantação do Projeto de Reforço às Estruturas Municipais de Educação (MOBREAL-COMUN). Essas medidas representam os passos que a Fundação seguiu visando adequar-se rapidamente às demandas atuais e prospectivas da sociedade brasileira em trânsito para a plena democratização política e social.

As COORDs, em suas reuniões do Comitê de Representantes, sempre apontaram a fragilidade da organização de base do MOBREAL — a COMUN — como um grave impedimento para a consecução da nova proposta educativa cuja formulação se assenta sobre um relacionamento intenso e integrativo entre a comunidade e esta Fundação. Por outro lado, a análise/avaliação direta (de campo) do projeto Reforço às Estruturas Municipais — implantado experimentalmente em quase 10% dos municípios e 21 Coordenações — demonstrou ter alcançado resultados altamente

positivos que se refletiram em mudanças ocorridas nessas bases locais quanto à operância de sua atuação pedagógica e administrativa, à melhoria das relações políticas com as prefeituras e seu titular eleito, assim como na composição do quadro de supervisores que elevou a produtividade e qualidade de suas ações técnicas.

Segundo as observações experientes das COORDs, é necessário re-instaurar a real posição da COMUN na comunidade e dotá-la de maior autonomia para que a mesma cumpra, com competência técnica e sensibilidade social, os amplos objetivos da Educação de Adultos.

"É importante lembrar que os elementos que a compõem estão na comunidade e são da comunidade, conhecendo, portanto, com maior profundidade os seus problemas e possibilidades/ formas de solucioná-los. É pois, a Comissão Municipal quem vitaliza as ações do MOBRAL, a partir do conhecimento que detém e que lhe permite ser, não apenas a executora, mas também a construtora das propostas que executa.

A base comunitária está na dependência exata da capacidade operativa da base administrativa-gerencial (COMUN), a qual compete apoiar, incentivar, ampliar e fortalecer as formas organizativas da comunidade, objetivando a ampliação do seu nível de consciência (educação) e de participação na transformação de sua realidade". (*)

Tendo em vista fortalecer sua estrutura municipalista visando garantir retornos crescentemente mais elevados quanto a sua política de educação de adultos, o MOBRAL incorporou ao seu Plano de Ação 1985 o reforço às estruturas municipais que deverá ter seu raio de atuação ampliado. De forma integrada, os departamentos do MOBRAL CENTRAL trabalharão conjuntamente no investimento de seus esforços administrativos, financeiros, técnicos e intelectuais.

A ação de reforço às bases municipais se desenvolverá abrangendo, simultaneamente, transformações nos vários setores e níveis de atuação que compõem a estrutura organizacional das COMUNs, nos seus mecanismos de operacionalização da proposta educacional do MOBRAL de aproximação/adequação ao "mo

(*) Transcrito do documento "Aprimoramento do MOBRAL no município - la. reunião do Comitê de Representantes 1984.

dos vivendi" das comunidades, e nas formas de articulação com entidades afins. Desse modo, o quadro interno da COMUN deverá sofrer alterações na sua composição: na equipe de campo atra-
vés da vinculação do Supervisor Municipal Conveniado à COMUN, fixação de um técnico com funções de assessoramento, acompanha-
mento, supervisão e orientação à COMUN além de dois técnicos responsáveis pela área-fim e área-meio, respectivamente. O per-
fil comum a todos os elementos deverá cumprir as seguintes ca-
racterísticas: competência técnica comprovada; identificação
com trabalho social; comprometimento com o processo educativo
da comunidade; conhecimento mínimo da realidade municipal; fa-
cilidade de comunicação e relacionamento.

Essa reformulação ao nível dos recursos humanos da
COMUN será acompanhada por atividades de capacitação/atualiza-
ção, realizadas periodicamente, dotando o seu corpo técnico-ad-
ministrativo de habilidades/competências para o exercício de
suas funções atuais. Estas deverão ser percebidas como parte
de um movimento geral das forças sociais que atuam na comunida-
de e que, portanto, sujeitas a transformações — mais ou menos
rápidas, mais ou menos conflitivas — necessitando, dessa for-
ma, estar o corpo técnico, atento, quer para as necessárias rea-
dações de conteúdo quer produzindo inovações.

Concomitantemente, os recursos materiais da COMUN,
geralmente precários e deficientes, deverão, também, ser bene-
ficiados com complementação financeira a fim de possibilitar
a agilização administrativa e o acompanhamento dos trabalhos
de campo; além da formação de fundos especiais. Esta estru-
tura reformada, requisito básico para o desenvolvimento pleno da
proposta de educação comunitária e do planejamento participa-
tivo, se completa com os recursos de comunicação — divulga-
ção, difusão e promoções — no sentido de tornar conhecida a
proposta do MOBREAL e converter a COMUN em parceiro legitimado
das populações com as quais interage no seu trabalho educativo
e para desenvolver ações conjuntas com outras organizações lo-
cais, (como as Associações de Moradores, Sindicatos, Câmaras ,
etc.).

O fortalecimento da estrutura municipal do MOBREAL —
a COMUN — conforme os arranjos e mudanças propostas, comple-
tar-se-á com a criação de Conselhos Municipais cuja composição
deverá refletir a configuração social do município através da
representatividade de todos os segmentos da população (prefei-
to, vereadores, profissionais liberais, líderes comunitários,
representantes de instituições públicas e privadas, COMUN, a
gentes e alunos do MOBREAL, órgãos de classes etc.). Sua fun-
ção de consultoria e de apoio às ações da COMUN deve ser inse-
rida como um elemento a mais no processo de descentralização
desta Fundação além de ser, também, um mecanismo/via de divul-
gação e sustentação da política educativa do MOBREAL.

4.2. Apoio ao educando no processo de educação não-formal

Esta ação concentrará seus esforços em atender, com regularidade e de forma atualizada, as necessidades didáticas da população de baixas rendas matriculada nos programas educativos do MOBRAL, incluindo os recursos necessários à consecução do Programa Educação para o Trabalho — PETRA — em todas as suas modalidades. Sabe-se que a oferta deste material, incluindo o Programa Pré-Escolar, é uma condição necessária ao sucesso da atividade pedagógica. Contudo, não se converte em suficiência plena na medida que estas populações carenciam-se de outros bens fundamentais para a consecução da produtividade escolar.

Dentro desta percepção, o MOBRAL atua no sentido de obter merenda para seu programa pré-escolar através da ação de intermediação junto às agências públicas especializadas e/ou empresas locais. Seria totalmente desejável que se expandisse a merenda para as classes de alfabetização e de PEI tendo em vista serem seus alunos portadores de elevada deficiência alimentar, o que compromete o seu rendimento em sala de aula considerando também as questões relativas à fadiga física, saúde, distância, etc. Dessa forma, o apoio ao educando não-formal na área da nutrição se circunscreve à procura/captação de fontes de abastecimento e de doações, ficando por conta do MOBRAL a sua administração.

Quanto ao problema de saúde, que afeta uma significativa parcela da população brasileira, concentradamente em segmentos de baixas rendas, duas formas de apoio são pensadas como possíveis. A primeira, é a reeducação, em moldes modernos, de um Programa de Educação para Saúde e seus agentes de campo, que no seu trabalho de grupalização conscientizadora realizam, de maneira rudimentar, uma forma de medicina preventiva através da difusão das noções básicas de saúde e de higiene além do desenvolvimento de tarefas comunitárias visando cobrir as deficiências de saneamento. A segunda, estaria vinculada às entidades especializadas do setor, quer cooperando com as suas campanhas de saúde quer promovendo o atendimento no local de estudos para a população adulta (exame de vista, de laboratório, de pressão arterial) e infantil (incluindo atendimento dentário).

Além desse apoio, o MOBRAL também desenvolverá ações, em 1985, que objetivem a promoção do indivíduo em sua comunidade através de práticas culturais nas quais o mesmo participa como ator e autor; na oferta de serviços vinculados ao mercado de trabalho (Balcão de Emprego) e, principalmente, na criação e ampliação de oportunidades de treinamento profissio-

nal que guarde estrita funcionalidade com as demandas da produção econômica atual mas que contenha as possibilidades de adaptação às mudanças no sistema produtivo.

4.3. Apoio e promoção do agente educativo

Peça fundamental na cena educacional, este ator social sempre mereceu, por parte do MOBRAL, uma atenção especial através de treinamentos sistemáticos visando à sua efetiva capacitação em conteúdos didáticos, no procedimento pedagógico e nos métodos e técnicas não-formais de educação de adultos.

Considerando as intensas transformações sociais e políticas que a década de 80 exhibe, e considerando principalmente, que a crise econômica brasileira tem demandado posturas criativas para o seu enfrentamento, caberá ao agente educativo junto à população de atendimento do MOBRAL a adoção de novos padrões comportamentais compatíveis e realísticos com a situação social em que se encontram inseridas essas mesmas populações. Por outro lado, a política de descentralização institucional confere a esse profissional maior peso na sua atividade educacional assim como o envolve na responsabilidade social de conferir/executar, com competência e sensibilidade, a prática educativa do MOBRAL. Para tal, os treinamentos, além de sua composição teórico-metodológica, agregarão conteúdos de maior abrangência na medida que esses agentes deverão estar preparados para sua inscrição na prática da participação e das trocas, num sentido de aprendizagem recíproca.

Outro fator na valorização do agente educativo do MOBRAL reside na proposta, para 1985, de elevar os seus níveis de gratificação a fim de que se tornem mais compatíveis às suas necessidades básicas. A gratificação adequada funcionará, portanto, como o reconhecimento de seu trabalho em termos de competência e de dedicação.

5. PROGRAMAÇÃO MOBIL 85

5.1. A proposta educativa do MOBIL, segundo as demandas das comunidades.

5.1.1. A diversificação das propostas educativas, atendendo a própria diversificação interna de cada Estado, é ponto recorrente em todos os planos estaduais. Da mesma forma como o país apresenta-se múltiplo em relação aos diferentes estágios de desenvolvimento que suas regiões exibem, a mesma percepção ocorre em relação aos Estados que portam áreas diferencialmente atendidas em termos de serviços educacionais.

A clássica dicotomia urbano x rural, até então exclusivamente utilizada na demarcação das diferenças no contexto social do Estado, mostra-se atualmente insuficiente como instrumental classificatório de áreas geo-sociais. A situação de crise econômica porque passa o país altera a eficiência descritiva desses equipamentos de aferição exigindo o emprego de outras técnicas, ao mesmo tempo mais flexíveis e mais abrangentes. O urbano tido como área preferencialmente beneficiada pelos serviços do Estado, tem exibido taxas desconcertantemente crescentes de analfabetismo em decorrência do elevado fluxo de migrações internas que concorre para a expansão acelerada dos cinturões de pobreza em torno das cidades de médio e grande porte.

O planejamento, portanto, quando se remete à polarização social de suas populações, utiliza o princípio tipológico das multidisparidades sociais e não mais o critério de divisão espacial entre cidade e campo.

Apesar da variação nos indicadores selecionados para a construção das tipologias estaduais, há, no entanto, um núcleo comum a essas construções operativas — a incidência do analfabetismo — que tem orientado tanto a classificação dos contextos quanto o tipo de atendimento a ser dispensado. Para a construção da tipologia municipal são utilizadas classificações diferenciais, segundo a preferência dos Estados: polos, blocos, áreas homogêneas, núcleos regionalizados, zoneamento. Da mesma forma aplica-se ao processo pedagógico quanto à intensidade, ritmo e conteúdo, material didático e desenho da capacitação dos agentes.

5.1.2. Há duas outras questões que estão presentes em todas as propostas estaduais: educação comunitária e planejamento participativo — simultaneamente como metodologia, filosofia e pe

dagogia — considerados, nos planos, como elementos de constituição básica para uma ação de conhecimento e reconhecimento da realidade social, fator fundamental para uma prática pedagógica voltada para população adulta e para uma prática política de transformação da sua "estrutura de carências".

5.1.3. O planejamento aponta para a descentralização das atividades e funções do MOBRAL, e a correspondente reformatação da sua estrutura institucional. Essa descentralização é definida como flexibilidade decisória que, percorrendo todos os níveis da organização, permite priorizar e atender as demandas de nível local, regional e nacional. Ao mesmo tempo, constitui-se em pré-requisito fundamental para a consecução das propostas educativas diversificadas, construídas a partir do quadro de peculiaridades econômico-sociais e culturais dos municípios e segundo interesse expresso pela população. A descentralização é considerada como condição para o fortalecimento da representação de base do próprio MOBRAL — a COMUN — e da comunidade, quanto sua composição social.

5.1.4. Em decorrência direta da posição acima assinalada, a descentralização, um outro traço institucional é requerido pelos Planos. Refere-se ao reforço às estruturas municipais, não só em relação ao seu quadro operativo e sua capacitação mas à elevação e transferência mais ágil dos recursos a fim de garantir a continuidade eficiente da educação comunitária. Dessa forma, duas linhas de ação simultânea são propostas: o reforço e aperfeiçoamento das Comissões Municipais que exibem perfil de eficiência, e a reformulação daquelas COMUNs que se apresentam inoperantes, buscando expandir e difundir as Células Básicas, como o novo modelo de organização de base.

5.1.5. Segundo as propostas contidas no planejamento, a implantação do modelo de educação participativa deverá ser realizada de modo gradual, em determinadas áreas selecionadas de cada Estado em função do tempo socioeconômico em que se encontra a comunidade e do nível de trabalho comunitário e da ação coletiva já alcançados. Esta precaução se prende à necessidade dos agentes educativos locais em assimilar adequadamente, através do estudo, reflexão e capacitação, as novas atitudes vinculadas à filosofia da participação, para assumir a sua inserção em um processo de decisão coletiva, principalmente considerando que durante um período relativamente extenso, o MOBRAL planejava, central e centralizadamente, as metas educacionais a serem atingidas no seu conjunto e a sua distribuição regional e estadual.

Tratando-se de experiência educativa ainda pouco difundida no Brasil, a proposta de sua aplicação gradual reve

la um cuidado no trato do fenômeno e, ao mesmo tempo, um respeito pela decisão da comunidade. De certa forma, pode-se afirmar que esta fase reflete o MOBRL aprendendo em conjunto com a comunidade e esta com o MOBRL como planejar participativamente.

5.2. Da proposta de Educação Supletiva

5.2.1. Os planos apontam como tarefa prioritária para 1985 o Programa de Alfabetização Funcional, tendo em vista a persistência do analfabetismo no contexto nacional, em decréscimo percentual em todas as unidades federadas mas ainda se expressando em magnitude relativamente elevada em alguns estados, principalmente os das regiões Nordeste e Norte.

Consoante com o princípio de diversificação das propostas educativas, o PAF apresenta-se bastante variado em termos de método, conteúdo, tecnologia, duração, tamanho das classes, devendo obedecer ao requisito mínimo de dotar os alunos de instrumentalidade suficiente para manejarem os códigos de escrita, leitura e cálculo a fim de que possam utilizá-la em sua atividade diária.

As propostas em relação à duração do PAF variam, preferentemente, em torno de 300 a 400 horas compreendidas, em sua grande maioria, em período não inferior a 6 meses e até 10 meses, em classes de 5 a 20 alunos em média. Os Planos enfatizam a necessidade de adequação dos programas às condições de ordem socioeconômica e cultural das localidades atendidas, de elevação da qualidade de ensino e de sua produtividade média. A ampliação do programa e a sua aceitação decorrem de sua qualidade que está em função do treinamento e reciclagem de seus recursos humanos assim como do grau de articulação com organizações representativas da comunidade para um trabalho conjunto e integrado — associação de bairros, empresas, sindicatos, etc.

Quanto ao material didático, a maioria dos Planos Estaduais aponta para uma solução de transição, ou seja, ao lado da produção existente denominada de material didático convencional de âmbito nacional é proposta a confecção de um complemento didático específico cujo conteúdo dê conta da história e da cultura locais e que o tratamento da temática saúde e trabalho esteja orientado pelas condições concretas do contexto estadual. Embora sendo essa a posição dominante, encontra-se, em um número pequeno de planos, propostas radicalmente polares: aqueles planos que declaram não se julgar capazes de produzir material didático e continuarão a usar o existente sem

adaptações, e outros planos que afirmam estar habilitados para elaborar um novo material didático regionalizado ou estadualizado cuja orientação determinante é a comunidade.

A elaboração do material didático é uma das vias possíveis de aproximação pedagógica mais intensa com as comunidades e representa um amplo trabalho de investigação temática que inclui a participação ativa da população, simultaneamente como componente-sujeito e componente-objetivo da pesquisa.

Projetos Especiais foram destacados nos planejamentos das Coordenações para 1985. Apenas, como exemplo, serão citados alguns:

São Paulo - Bóia-frias; Minas Norte - PIMES, Santa Catarina - Pescadores Industriais; Sergipe - PECAF; Paraíba - PIC; Rio Grande do Norte - Irrigação Comunitária, PAF - Empresas; Projeto Nordeste, além da possibilidade de atendimento personalizado em espaços da população rarefeita, apoiado no professor voluntário, treinado pelo MOBRL, proposta em aberto a ser determinada segundo a conjuntura específica de cada caso.

5.2.2. O segundo programa enfatizado nos Planos Estaduais do MOBRL refere-se ao PEI (Programa de Educação Integrada) cuja carga horária de 720h e a articulação preferencial com a Secretaria Municipal de Educação são características marcantes deste tipo de curso visto que a certificação da equivalência das quatro primeiras séries do 1º grau que o PEI confere é reconhecida legalmente por esse órgão do Sistema Regular de Ensino e, portanto, o seu conteúdo formal é pré-determinado considerando o tipo de vinculação existente. A duração varia de 10 a 18 meses, mas a de 12 meses, com um mês de intervalo, é a fórmula recorrente.

As propostas contidas no Plano enfatizam a expansão do PEI a um maior número de municípios, a melhoria de sua qualidade, capacitação de seu corpo docente, revisão do material didático, articulação com as Prefeituras e desenvolvimento de ação política junto à Secretaria Municipal de Educação a fim de reconhecer o trabalho do MOBRL como uma linha complementar à ação oficial do sistema educacional.

Maior atuação pedagógica do SUSUG, acompanhamento e avaliação durante a realização do curso como uma prática permanente de sua ação educativa, são requerimentos contidos no planejamento. Também são apontados: maior rigor na seleção dos

professores do PEI enquanto formação básica, revisão dos conteúdos didáticos dos treinamentos, modelos flexíveis de reciclagens adequando à disponibilidade de tempo dos professores e segundo as peculiaridades locais.

5.2.3. Os Planos Estaduais apontam, como estratégia do planejamento 1985, a adoção da modalidade conjunta de PAF e PEI como uma forma racional de articular os conhecimentos dos programas PAF e PEI, portadora de um desenho curricular integrado que garanta a passagem do primeiro para o segundo programa e a continuidade do processo educativo.

Essa modalidade é composta de dois segmentos — básico e complementar variando quanto a sua duração e intensidade, segundo o interesse das comunidades e a disponibilidade de recursos humanos. A proposta predominante é a 1.000 horas/curso integrado, distribuídas em 280h para o segmento básico (alfabetização) e 720h para o complementar (equivalência às 4 primeiras séries) e sua duração também é definida em função da comunidade, centrando a preferencialidade do intervalo de 18 a 24 meses. Há, no entanto, algumas variações em torno desses parâmetros.

Tratando-se de experiência a ser testada para avaliar o seu impacto operativo e pedagógico, as COORDs limitam a sua aplicabilidade a determinados espaços segundo as tipologias adotadas.

5.2.4. O campo de atendimento à profissionalização é contemplado nos Planos Estaduais com o Programa Educação para o Trabalho — PETRA — que visa a disseminação de técnicas simples e de utilização imediata ligadas à economia de subsistência ou orientadas para o mercado informal.

Ênfase foi dada à necessidade de intensificar as ações que oportunizem o atendimento requerido pela população privilegiando aquelas atividades geradoras de renda ao nível individual ou grupal. O diagnóstico da demanda do mercado local foi considerado como necessário para a manutenção e criação de novos cursos. O planejamento indica a atuação do PETRA em duas modalidades: na sua forma tradicional (curso semi-profissional variando entre 40 a 120 horas) e na formação de grupos de produção, com maior carga horária, pagamento compatível de agente e recursos assegurados pelo MOBREAL incluindo capital inicial mínimo para deslanchar a produção. Outra modalidade de treinamento profissional é feita através de instituições de ensino profissionalizante com os quais o MOBREAL mantém convênios.

Segundo os Planos, a eficácia do Programa de Educação para o Trabalho está vinculada não só à adequação das tendências vocacionais das áreas visando explorar de maneira racional as potencialidades existentes como também à percepção do interesse da população através da participação, ao recrutamento de profissionais e remuneração adequada. Tratando-se de cursos de semi-profissionalização, a variação das propostas se amplia na medida que se orientam pelas premissas básicas acima assinaladas e serão implantadas naqueles municípios que não têm condição de cursos de iniciativa local a partir de seus próprios recursos.

Os Planos chamam a atenção para a questão da seleção do monitor para os cursos do PETRA que deve ser mais rigorosa quanto à sua formação profissional condizente com o curso a ser ministrado, melhor remuneração destes agentes equiparada a valores de mercado e garantia de recursos através de um fundo de apoio para compra de material dos cursos e qualificação de pessoal.

O encaminhamento da clientela do MOBRAL para cursos profissionais executados por entidades especializadas de treinamento profissional, consta na proposta de ação da área de Educação para o Trabalho assim como a ampliação de Grupos de Produção em função da demanda das comunidades além da prestação de assistência técnica e acompanhamento aos grupos já implantados ou em implantação.

5.2.5. Os Planos prevêem atividades educativas de apoio ao Sistema Formal de Ensino, trabalho integrado do MOBRAL com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para atendimento às crianças e adolescentes de 9 - 14 anos que estão fora da escola, através de assessoramento direto e indireto: adaptação da metodologia de Educação Não-Formal de Adultos a esse tipo de clientela; preparação/treinamento de professores e equipes técnicas; fornecimento e revisão de material didático; utilização da infraestrutura de operações e do sistema de supervisão.

Essa ação complementar, por parte do MOBRAL, ã a tuação das Secretarias de Educação visa acelerar a reentrada desse contingente no sistema formal nas séries correspondentes a sua idade, após o aprendizado específico dos conteúdos de alfabetização e de equivalência às 4 primeiras séries do 1º grau — com o objetivo de possibilitar o cumprimento do preceito constitucional de escolaridade obrigatória assim como impedir a formação ou reduzir a magnitude do futuro contingente de analfabetos.

5.3. Educação Pré-Escolar

Duas modalidades de atendimento pré-escolar: complementar e suplementar à ação de sistema regular de ensino.

Segundo o planejamento para 1985, preve-se a manutenção da meta do ano anterior mas enfatizando a regualificação no atendimento pedagógico, melhoria física dos estabelecimentos e regularização no suprimento do material de trabalho em classe. O atendimento engloba a faixa etária de 4 a 6 anos, e a duração prevista concentra-se entre 10 a 12 meses, com ou sem intervalo.

Os Planos chamam atenção para a reformulação do treinamento básico para os monitores visando aprofundamento, expansão e atualização dos conhecimentos. Indica que o Programa de Educação Pré-Escolar tem contribuído para a maior mobilização das famílias para outros programas do MOBRAL e fortalecimento do trabalho comunitário.

Na modalidade suplementar, o MOBRAL assume o financiamento total da atividade embora podendo, por vezes, conseguir contrapartida financeira por parte de instituições privadas. Na forma complementar à pré-escola do sistema formal, são apontados nos planos: a contribuição do MOBRAL se circunscreve ao fornecimento de material didático e/ou assistência técnica de supervisão ou de qualificação dos recursos humanos.

Uma das propostas contida no Planejamento 1985 refere-se à necessidade de desencadear uma ação política junto às autoridades educacionais a fim de garantir a absorção das crianças na primeira série do ensino formal de modo a não sofrer solução de continuidade em sua trajetória educacional, em seus processos de sociabilidade e socialização, visto que a sua não-absorção pode representar uma exclusão temporária ou definitiva, situação que favorece o engrossamento do futuro contingente de analfabetos.

5.4. Desenvolvimento Cultural

Nos Planos Estaduais, o cultural é decodificado tanto como conteúdo e metodologia dos programas de educação supletiva e pré-escolar, quanto como prática social concreta através de comemoração e difusão de eventos culturais em sua acepção ampla de abrangência nacional, regional e local. Dessa forma, o cultural como componente do exercício educacional faz

parte do currículo, do material didático, da metodologia e da forma de disposição do espaço físico. O reconhecimento da cultura local e nacional ocorre quando da reflexão que se processa durante a exploração dos conteúdos didático-pedagógicos dos programas. A valorização cultural está, não apenas no seu conhecimento/reconhecimento, mas na observância de sua manifestação que configura a identidade da comunidade. Essas duas vertentes estão presentes nas propostas de trabalho dos Planos Estaduais, que salientam a necessidade de reativação do Posto do MOBREAL como um renovado espaço cultural assim como a ativação das Mobraltecas e Minimobraltecas através do estabelecimento de roteiros discutidos com as comunidades.

5.5. Difusão de Noções Básicas de Saúde, Higiene e Alimentação

Os Planos Estaduais para 1985 prevêm a difusão sistêmica de noções básicas nas três áreas acima, como conteúdo educativo-pedagógico e didático dos programas de Educação Supletiva e Pré-Escolar, e como ações específicas que, além de seus objetivos próprios são facilitadoras para grupalização comunitária, para a reflexão crítica e conscientizadora da população sobre a realidade social estimulando a ação coletiva da participação.

Duas formas de trabalho são propostas: a partir das necessidades levantadas junto com a comunidade e a partir de propostas formuladas por grupos já organizados, envolvendo a participação de instituições/entidades especializadas para a ação conjunta com o MOBREAL.

O Planejamento 85 prevê que as atividades do MOBREAL na área de Saúde e Higiene podem ser o caminho estimulador para gerar propostas concretas de PAF e PEI por parte da comunidade que assume a sua condição de pleteante aos serviços sociais do Estado.

O desenvolvimento das ações específicas contempla, entre outras ações, Hortas Comunitárias, Escolares e Caseiras; Farmácias Comunitárias, Projeto de Fluoretação para pré-escola, participação e divulgação de campanhas de vacinação, material de difusão e conferências sobre aleitamento materno e planejamento familiar, projeto mutirão de saúde para a construção de unidades sanitárias.

O controle, acompanhamento e avaliação das ações de saúde estão previstas nas atividades das COORDs.

5.6. Recursos Humanos

5.6.1. Recrutamento

- seleção rigorosa — perfil dos agentes adequado aos programas que irão desenvolver — qualificação profissional associada à identificação com a comunidade — utilização de estagiários gratificados, alunos de Escolas Normais e Universidades.

5.6.2. Capacitação e Treinamento

- em todos os níveis de atuação do MOBRAL e seus programas educativos (hierarquia administrativa, distribuição espacial);

- reestruturação da programação/conteúdo e técnicas usadas no processo de treinamento e nos momentos de reciclagem;

- adequação da capacitação dos agentes à metodologia de educação comunitária e planejamento participativo;

- a capacitação assumida como um ato de aprendizagem crítica e consciente do papel do agente educativo e sua relação com as demandas comunitárias;

- utilização do PAD para treinamento de professor de PAF e PEI;

- atualização do professor leigo.

6. ANEXOS

6.1. QUADRO RESUMO : METAS FÍSICAS PARA 1985

COORD	ALFABETIZAÇÃO		EQUIVALÊNCIA		SUPLETIVO		PETRA		ARTICULAÇÃO COM ENTIDADE	SAÚDE		PRÉ-ESCOLAR		PAD
	AGENTES	PARTICIP.	AGENTES	PARTICIP.	AGENTES	PARTICIP.	AGENTES	PARTICIP.		AGENTES	PARTICIP.	AGENTES	PARTICIP.	
AC	360	7.200	165	4.950	-	-	-	-	-	10	200	88	1.960	-
AP	97	1.962	76	2.154	-	-	124	1.869	240	9	180	36	1.050	-
AM	868	19.822	778	31.580	26	720	331	4.638	190	-	-	310	9.300	377
PA	1.781	35.870	421	12.655	10	375	132	1.380	-	-	-	740	22.200	-
RR	115	1.890	39	781	-	-	23	345	-	40	3.015	51	1.020	-
RO	258	5.160	266	8.750	-	-	115	1.725	-	-	-	-	-	258
NORTE	3.479	71.904	1.745	60.969	36	1.095	725	10.546	430	59	3.395	1.221	30.530	635
MA	3.163	62.575	1.364	39.556	102	2.040	694	10.600	-	-	-	497	14.970	-
PI	1.900	41.800	1.148	36.000	-	-	422	6.328	-	-	-	1.154	28.350	-
CE	3.340	66.960	2.257	65.305	-	-	3.143	62.860	15.680	-	-	1.253	37.590	9.831
RN	1.500	27.500	1.327	37.540	-	-	-	-	-	-	-	400	10.000	-
PB	2.800	70.000	1.300	35.000	200	5.000	1.350	21.750	-	-	-	1.000	30.000	-
PE	4.206	76.925	1.665	49.744	-	-	1.237	17.881	-	159	19.152	1.027	29.510	-
AL	1.415	28.300	506	12.650	-	-	251	3.915	1.600	-	-	523	15.690	-
SE	1.013	21.340	383	11.490	-	-	685	6.850	-	20	3.600	432	10.800	-
BA	6.570	127.899	4.661	137.033	103	2.375	3.124	39.300	550	163	2.955	859	21.475	10.000
NORDESTE	25.907	543.289	14.601	423.718	406	9.415	10.916	169.484	17.830	342	25.797	7.145	193.686	19.831
PA	3.235	58.109	748	10.599	102	1.298	1.404	16.120	-	80	(1)	2.268	53.150	-
SM	1.778	24.002	345	13.781	-	-	1.759	26.385	-	-	-	1.828	45.786	-
ES	937	14.130	264	6.619	-	-	790	9.480	-	-	-	753	16.825	-
RJ/N	1.530	14.078	153	1.909	10	150	273	2.730	-	24	480	649	12.980	-
RJ/S	750	16.000	242	6.050	-	-	200	2.000	3.000	-	-	702	26.560	-
SP	3.349	50.235	1.865	27.975	-	-	3.400	51.000	-	-	-	1.591	32.775	-
SUDESTE	11.532	156.554	4.117	66.933	112	1.448	7.826	107.715	3.000	104	480	7.871	197.075	-
PR	2.311	32.389	1.442	34.095	22	300	2.636	26.360	3.125	-	-	1.948	48.700	-
SC	730	9.640	416	7.750	-	-	-	-	1.400	100	(1)	1.413	35.325	-
RS	1.007	32.660	677	14.172	19	380	2.000	30.000	-	100	50.000	1.943	48.575	-
SUL	4.648	75.689	2.535	56.017	41	600	4.636	56.380	4.525	200	50.000	5.304	132.600	-
MT	624	13.728	480	14.000	-	-	300	4.500	-	-	-	221	5.300	-
MS	659	13.180	428	12.560	-	-	-	-	-	-	-	214	6.420	-
GO	1.072	21.495	1.056	31.680	329	8.325	1.226	18.829	-	-	-	1.259	34.012	-
DF	349	7.492	325	11.731	-	-	229	3.692	-	-	-	177	5.194	-
CENTRO-OESTE	2.704	55.896	2.429	59.971	339	8.325	1.756	27.021	-	-	-	1.871	50.926	-
BRASIL	48.320	902.331	25.287	677.608	923	20.963	25.858	371.128	25.785	705	79.582	23.415	615.016	20.466

FONTE: DEPLA/PROGRAMAÇÕES DAS COORD PARA 1985/BOLETINS DE CADASTRAMENTO E ALTERAÇÃO DO PLANEJAMENTO

(1) Sem informação.

6.2. QUADRO RESUMO : RECURSOS FINANCEIROS PARA PROGRAMAS/AÇÕES E
MANUTENÇÃO DAS COORDENAÇÕES - 1985

COORDENAÇÕES	ALFABETIZA- ÇÃO	EQUIVALÊN- CIA	SUPLETIVO	PROFISSIO- NAL	PRÉ- ESCOLAR	SAÚDE AM- DAS E DES- PESAS	CAPACITA- ÇÃO	AÇÕES DE APOIO	9-14 CONVENTOS	CÉLULAS	MOBILITAE- CAS/MINI/ POSTOS	DIVULGAÇÃO COMUNICA- ÇÃO	DIVERSOS	TOTAL PRO- GRAMAS/ AÇÕES	MANUTENÇÃO	TOTAL
ACRE	202.560	112.250	-	-	43.469	3.500	82.744	6.510	11.094	69.405	-	-	20.494	552.026	1.415.064	1.967.090
AMAPA	37.917	37.937	-	13.601	31.100	3.600	16.911	6.245	-	21.406	9.451	-	2.061	180.229	899.982	1.080.211
AMAPAS	299.438	117.677	-	35.684	292.870	-	157.638	164.990	-	85.254	-	3.376	90.800	1.247.727	2.299.438	3.547.165
PARA	764.897	430.134	18.993	15.930	572.657	-	232.624	47.660	10.000	160.405	18.230	90.000	10.949	2.372.479	5.130.898	5.503.377
RORAIMA	59.670	6.580	-	1.765	22.950	42.000	140.100	39.920	-	60.922	22.000	-	17.800	413.707	843.641	1.257.348
RONDONIA	113.784	-	-	11.331	-	-	20.200	11.970	48.500	145.812	51.915	6.000	36.000	445.512	1.235.299	1.680.811
NORTE	1.478.266	704.578	18.993	78.311	963.046	49.100	650.217	277.295	69.594	543.204	101.596	99.376	178.104	5.211.680	9.624.520	15.036.200
MARANHO	1.504.030	724.716	205.810	76.818	270.718	-	240.188	160.735	8.000	134.576	68.417	7.380	27.000	3.228.388	2.782.834	6.011.222
PIAUÍ	1.045.005	438.156	-	75.936	757.957	-	339.782	296.577	-	166.285	21.250	3.000	4.040	3.147.988	2.607.761	5.755.749
CEARA	1.478.350	1.870.990	-	521.318	803.152	-	968.035	373.000	850.070	101.755	178.719	-	101.344	7.246.733	5.815.894	11.062.627
RIO GRANDE DO NORTE	480.000	856.000	-	-	316.000	-	122.420	300.000	224.111	73.889	-	-	127.580	2.500.000	2.201.341	4.701.341
PARAIBA	1.442.000	983.400	441.683	116.800	823.740	-	500.000	115.472	74.988	116.316	83.000	130.000	66.610	4.894.009	2.645.074	7.539.083
PERNAMBUCO	1.745.727	890.974	-	184.085	538.481	135.252	482.326	274.259	65.202	153.543	110.311	7.521	4.000	4.591.681	5.709.669	10.301.350
ALAGOAS	761.421	304.680	-	42.548	323.450	-	243.259	77.600	22.356	73.861	-	-	143.348	1.992.514	2.024.825	4.017.339
SERGIFE	451.435	248.535	-	90.000	216.179	19.165	209.960	58.590	-	100.074	79.965	-	36.040	1.509.943	2.090.208	3.600.151
BAHIA	2.498.936	1.562.094	62.299	433.312	831.848	111.450	917.855	97.380	13.120	-	12.385	-	57.065	6.597.744	5.585.198	12.182.942
NORDESTE	11.206.904	7.879.545	709.792	1.540.817	4.881.525	265.867	4.023.816	1.753.613	1.257.847	920.299	554.047	147.901	567.027	35.709.000	27.458.802	63.167.802
MINAS GERAIS/NORTE	2.012.332	663.851	161.154	167.392	1.875.306	40.000	462.239	205.947	65.220	459.474	72.650	-	144.393	6.529.958	4.223.521	10.753.479
MINAS GERAIS/SUL	942.291	767.725	-	178.611	1.258.487	-	775.414	65.300	82.500	236.899	-	-	50.000	4.357.227	5.368.438	9.725.665
ESTRITO SANTO	418.893	215.780	-	35.613	443.517	-	280.300	2.122	27.132	33.393	11.740	1.000	16.337	1.485.827	1.912.447	3.398.274
RIO DE JANEIRO/NORTE	757.126	218.587	29.262	31.387	464.805	10.398	54.535	11.600	-	81.227	-	34.683	470	1.694.080	2.993.885	4.687.965
RIO DE JANEIRO/SUL	295.714	111.080	-	85.692	421.420	-	19.600	900	70.000	10.211	-	-	30.000	1.044.617	2.485.311	3.529.928
SÃO PAULO	902.922	1.699.604	-	352.766	1.772.577	-	489.540	10.000	-	-	-	-	98.600	5.526.009	6.274.578	11.800.587
SUDESTE	5.329.278	3.676.627	190.416	851.461	6.236.112	50.398	2.081.628	295.869	244.852	821.204	84.390	35.683	339.800	20.237.718	21.257.871	41.495.589
PARANÁ	1.060.445	1.291.465	25.476	224.350	1.786.519	-	518.567	430.500	135.000	-	68.600	111.000	900	5.652.822	3.861.219	9.514.041
SANTA CATARINA	465.448	1.226.642	-	14.000	1.287.018	113.006	227.220	65.500	-	-	200.000	50.000	250.000	3.898.834	2.837.464	6.736.298
RIO GRANDE DO SUL	762.100	793.796	47.280	50.000	1.279.122	120.360	192.360	35.244	73.650	-	16.150	64.000	9.000	3.443.062	2.815.347	6.258.409
SUL	2.287.993	3.311.903	72.756	288.350	4.352.659	233.366	938.147	531.244	208.650	-	284.750	225.000	259.900	12.994.718	9.512.030	22.506.748
MATO GROSSO	243.355	78.356	-	39.854	215.855	-	147.265	37.432	23.575	21.289	17.853	-	-	824.814	1.943.838	2.768.652
MATO GROSSO DO SUL	461.543	140.063	-	-	188.220	-	81.440	5.897	-	-	5.000	30.000	35.000	947.163	1.658.285	2.585.448
GOIAS	587.770	1.036.244	336.986	89.632	1.011.057	-	500.000	744.153	153.958	100.365	65.000	-	24.925	4.650.090	2.893.969	7.544.059
DISTRITO FEDERAL	217.385	81.066	-	13.866	169.460	-	117.072	84.634	-	87.150	48.207	8.000	180	827.020	2.669.388	3.496.408
CENTRO-OESTE	1.510.053	1.335.729	336.986	143.352	1.584.592	-	845.772	872.115	177.533	208.804	136.040	58.000	60.105	7.249.087	9.145.480	16.394.567
TOTAL BRASIL	21.812.494	16.908.382	1.328.943	2.902.291	18.017.934	598.731	8.539.585	3.730.137	1.958.476	2.493.511	1.160.823	545.960	1.404.936	81.402.205	77.198.603	158.600.808

mm.

FONTE.: PROGRAMAÇÃO DAS COORDENAÇÕES PARA 1985

6.3. RESUMO DO PLANO DE AÇÃO DE CADA COORD - 1985

ACRE

A Ação do MOBREAL no Acre, em 1985, buscará com maior persistência e intensidade a integração de esforços com as comunidades e as demais entidades estaduais e federais que atuam no Estado, sendo a Coordenação Estadual do MOBREAL participante do Plano de Trabalho Integrado que, sob a coordenação do DEMEC/AC, envolve 21 órgãos que atuam nas áreas de Educação, Saúde e Desportos.

A proposta de trabalho da Coordenação dá prioridade ao Programa de Educação Supletiva e à difusão de noções básicas de higiene, saúde e alimentação. Prevê o desencadeamento do processo educativo diversificado na área de Alfabetização nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. No primeiro pelo desenvolvimento de um projeto específico, com característica de campanha, envolvendo inúmeras entidades e objetivando a redução drástica do índice de analfabetismo. Nos outros dois municípios pelo atendimento às comunidades pesqueiras com material didático próprio adequado às características desses grupos.

Nos demais municípios do Estado as atividades estarão voltadas para a continuidade das ações já implantadas, em função não apenas das necessidades como das reais possibilidades das comunidades, das COMUN e da Coordenação para assumi-las. Nesse sentido está apontado como de fundamental importância a continuidade do Projeto Célula Básica para sustentação de toda a ação educativa nesses municípios.

Aparece com ênfase especial no plano de trabalho da Coordenação a elaboração:

- de um projeto para preparação de alfabetizadores potenciais, com vistas à atuação em 86, face à extrema carência de recursos humanos capacitados para atender à demanda de analfabetos em determinados municípios como, por exemplo, o de Brasiléia;
- de um projeto global de capacitação que atenda, de forma diversificada, às necessidades dos técnicos da Coordenação, dos elementos do SUSUG e das COMUN e de todos os agentes dos programas/projetos, com vistas à melhoria de qualidade das ações educativas;
- de uma estratégia de supervisão que favoreça a participação ativa de todos os elementos envolvidos no processo educativo, com vistas à melhoria de desempenho, face às possíveis dificuldades e diversidades inerentes à natureza da proposta.

Além disso buscar-se-ão mecanismos que possibilitem a criação de um processo contínuo de diagnose municipal com vistas à reprogramação e à elaboração do perfil municipal.

Serão mantidas:

- . as metas do pré-escolar, embora o trabalho venha a ser direcionado para a zona rural (48 unidades), uma vez que a zona urbana (40 unidades) ficará sob atendimento da SEC, cabendo ao MOBRAL o treinamento de agentes e o fornecimento de material didático básico;

- . o atendimento com ações educativas às áreas indígenas de 5 municípios;

- . as atividades de equivalência em convênio com a SEC nos 12 municípios do Estado.

Serão dinamizadas as ações de apoio na área Cultural, de Profissionalização e de Saúde através:

- . do aproveitamento dos programas/projetos para desenvolvimento de ações culturais;

- . da verificação de novos locais para remanejo dos Postos do MOBRAL;

- . da promoção de festivais do "Milho", da "Mandioca", do "Abacaxi", e do "Seringueiro", com vistas a permitir o conhecimento das formas de aproveitamento potencial desses produtos e a valorização dos seus produtores;

- . da promoção de feiras artesanais para estimular a prática artesanal nos municípios de Assis Brasil e Cruzeiro do Sul sendo que, neste último, será organizado um grupo de produção com fins de comercialização do artesanato e de formação de uma associação de classe;

- . da implantação de Grupos Comunitários para a Saúde em 3 municípios;
- . da promoção de Feiras de Saúde, em conjunto com as demais entidades dessa área;
- . do desenvolvimento de 370 hortas comunitárias e domiciliares;
- . da participação em campanhas de vacinação, na campanha de aleitamento materno, e em campanhas de preservação ecológica;
- . da promoção de palestras, concursos de redação e cartazes, nas classes de 1º grau, sobre temas ligados à saúde, alimentação e higiene.

Foi indicada como nova atividade:

- as relacionadas com o Projeto Aceleração a ser desenvolvido junto à SEC, em Cruzeiro do Sul, para o atendimento de crianças e jovens de 9 a 14 anos visando à correção da distorção idade-série.

Além disso estão previstas:

- . a promoção do Seminário de Prefeitos e Encarregados da Célula Básica;
- . a promoção de ações e eventos, apontados no Plano Estadual de Divulgação, tais como os de comemoração do aniversário do MOBRAL e do Dia Internacional da Alfabetização;
- . a intensificação da captação de recursos através de campanhas, bingos e estímulo a doações pela orientação à rede de contabilistas quanto à dedução do Imposto de Renda.

Os recursos financeiros alocados para a execução do Plano de Ação montam a Cr\$ 1.967.090.000,00 sendo que Cr\$ 1.415.064.000,00 para manutenção e Cr\$ 552.026.000,00 para os Programas/Projetos.

lfga.

ALAGOAS

As ações educativas se consubstanciarão no desenvolvimento da Educação Supletiva - com prioridade para alfabetização -, no apoio ao Sistema Regular de Ensino e na vinculação de outras áreas à problemática do analfabetismo.

As ações serão direcionadas a partir dos interesses da clientela, iniciando-se pela alfabetização ou para ela convergindo, respeitando-se os princípios norteadores da grupalização, com ênfase na educação comunitária.

O trabalho da Coordenação deverá ser consolidado de forma mais qualitativa, concentrando esforços para atendimento especial em uma área delimitada de municípios.

A consulta às populações e a atualização do diagnóstico serão aprimorados, e serão intensificados os esforços para maior participação do MOBRAL no replanejamento educacional dos municípios.

O acompanhamento e avaliação de todas as ações serão desenvolvidos de forma a subsidiar o aperfeiçoamento do processo educativo.

Para garantir melhores resultados das ofertas educativas previstas, a Coordenação destaca como fatores essenciais:

- . a capacitação de todos os elementos envolvidos no trabalho de forma a propiciar uma atuação coerente com as exigências da proposta, apresentando no Plano de Ação para 1985 projetos elaborados de forma a garantir os resultados esperados;

- . a seleção dos agentes baseada em critérios fixados de forma a assegurar monitoria mais preparada tecnicamente, diversificando os critérios de acordo com a atividade a ser desenvolvida;

- . a criação de infraestrutura para a realização de treinamentos e encontros com grandes grupos;

- . a atuação mais sistemática em Maceió, União dos Palmares, São Brás e Campo Grande, que deverá permitir a aquisição de experiências que possam ser aplicadas posteriormente.

Os Programas/Projetos/Ações, a serem executados podem ser assim sintetizados:

Em alfabetização deverão ser atendidos 4,6% da demanda, contingente este superior em 1,4% ao estimado para 1984, significando um acréscimo de 46% em relação à meta do ano anterior.

Através do PEI serão atendidos 12.650 alunos e, para garantia da continuidade de estudos desta clientela, será buscado um entrosamento efetivo com a Rede de Ensino.

Os cursos de PETRA e a compra de matrículas em instituições profissionalizantes absorverão prioritariamente a clientela de alfabetização, equivalência e familiares de pré-escolares atendidos pelo MOBRAL.

Além dos cursos, estão previstos a organização e o reforço a unidades produtivas, através de subsídios técnicos e material de apoio.

As ações culturais e de saúde serão viabilizadas de forma articulada com instituições das respectivas áreas. Os Agentes dos Programas/Projetos atuarão como elementos incentivadores junto aos participantes de seus grupos, sensibilizando-os para participação em ações culturais e de saúde através da vinculação de conteúdos afins e adequados à clientela.

Na área de saúde há previsão para atendimento a algumas das necessidades apontadas durante o diagnóstico, tais como: aquisição de filtros, construções de fossas e cisternas, formação de hortas e aquisição de lavanderias..

A descoberta de valores, preservação dos festejos de maior significado para as comunidades e momentos artísticos vividos mensalmente em salas de aula serão meios através dos quais se pretende retomar a ação cultural. A permanência da minimobralteca nos municípios será definida a partir da quantidade de analfabetos existente, concentração de ações do MOBRAL nos municípios e eventos promovidos pela COORD como encontros e treinamentos. As unidades fixas serão utilizadas como local de encontro de agentes, participantes, grupos folclóricos, de teatro, instituições, etc. e realização de cursos profissionalizantes. A Feira do Artesão de Arapiraca (exposição e comercialização) terá continuidade semanalmente com apoio da Secretaria Municipal de Urbanismo e SEC.

Em relação ao Pré-Escolar, a COORD pretende um trabalho específico com crianças de 6 anos sem, contudo, deixar de atender à clientela de 4 e 5 anos. Estão previstos capacitação e material específico.

A Coordenação manterá os convênios/ações com a SUCAM, F.SESP, EMATER, RONDON, SUDEPE, SEC, Universidade Federal de Alagoas, Associações de Moradores, Igreja, Clubes de Serviço e empresas públicas e privadas.

A COORD tem alocados ao seu orçamento Cr\$ 4.017.337 mil, sendo Cr\$ 1.992.514 mil para as ações educativas e de apoio.

AMAPÁ

A atuação da COORD/AP, no ano de 85, se estrutura em áreas geográficas prioritárias e numa área considerada especial que abrange a comunidade indígena e a de pescadores. A ação educativa da COORD está direcionada para a aplicação de uma metodologia calcada em situações de aprendizagem participativa que permita, posteriormente, a construção de propostas educativas integradas entre a Instituição e as comunidades. Em princípio será operacionalizada toda a proposta do MOBRAL a partir de ações de saúde e profissionalização, culturais e do Pré-Escolar. Nesse trabalho educativo se encaixam de forma gradativa e de acordo com as prioridades das áreas geográficas os projetos básicos da organização, privilegiando-se a área de alfabetização de adolescentes e adultos.

Buscar-se-ão, como respaldo para o aprimoramento dessa atuação, a revitalização crescente das células municipais e o trabalho integrado com entidades: Projeto RONDON, Secretarias Estaduais (de Educação, Saúde e Promoção Social), SUDEPE, Federação de Pescadores, INCRA, ASTER, Banco do Brasil, etc.

O território está dividido, geograficamente, em 4 áreas distintas: a área prioritária I corresponde ao Município de Macapá (periferia urbana, Porto de Santana e adjacências e a região de Piririm Pacuí) e Mazagão (região do Jari); a II aos municípios de Mazagão (sede e adjacências), Amapá (sede e adjacências) e Oiapoque (sede e adjacências); a III aos municípios de Calçoene (sede e adjacências) e Macapá (Porto Grande e Ferreira Gomes); as áreas especiais correspondem à zona de Sucurijú (Amapá) e à área indígena de Oiapoque.

Nas áreas prioritárias o projeto de alfabetização será desenvolvido nos moldes rotineiros com o material nacional; nas áreas especiais será elaborado um material complementar diversificado que atenda às características e necessidades de cada grupo participante. O projeto de equivalência dará prioridade aos egressos da alfabetização e será desenvolvido na zona rural em convênio com os DEC e na capital em convênio com a SEEC, cabendo aí ao MOBRAL a capacitação do monitor, a cessão de material didático (que inclui o material do antigo programa de autodidatismo) e o acompanhamento da ação.

Anexo 6.3.3.

Serão tratadas com ênfase especial as ações de apoio nas áreas:

- de profissionalização, dada a importância da relação homem/trabalho. Serão desenvolvidas a nível de semi-qualificação profissional em cursos do PETRA e em convênios com a SUDEPE, SENAR e ASTER, sendo dada prioridade para os egressos da alfabetização; a nível de qualificação profissional em cursos articulados com entidades tais como o INCRA, sendo dada prioridade para os egressos da equivalência;
- de saúde, dado ao estado de grande carência e pobreza das populações que constituem a clientela alvo. Serão desenvolvidas como conteúdos programáticos de alfabetização e equivalência e como conteúdos a serem difundidos em reuniões comunitárias.

Além disso serão desenvolvidos Projetos Especiais:

- "Projeto MOBRL/SUDEPE/Federação de Pescadores do Amapá", que desenvolverá os projetos básicos e ações de apoio do MOBRL visando a valorização das comunidades pesqueiras do território. Será implantado em 3 etapas de acordo com as áreas pesqueiras de maior necessidade;
- "Projeto Integrado de Ações Educativas para a Saúde", que se constitui em um trabalho sócio-participativo desenvolvido junto às comunidades carentes com base na difusão de noções básicas de saúde, produção, preservação do meio ambiente e lazer, visando o fortalecimento dos grupos sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais atendidas. É um projeto articulado em convênio com o Projeto RONDON e a Secretaria Estadual de Saúde e é operacionalizado por meio de grupos participantes e agentes locais;
- "Projeto de Hortas", que se constitui em organização de hortas caseiras e comunitárias, com o apoio de entidades afins tais como a LBA, ASTER, Secretaria Estadual de Agricultura, etc.;
- "Projeto Grupos de Produção", em articulação com o INCRA (grupo de produção de objetos de cerâmica, em Oiapoque) e a Aster (grupos de produção de esteiras de juncos e de criação de aves caseiras, em Mazagão); será fortalecido o grupo de produção já existente em Tessalônica, Macapá, em ação conjunta com a Aster.

Serão mantidos:

- os grupos de Pré-Escolar sendo que buscar-se-á intensificar as reuniões e palestras com os pais. É pensamento da COORD/AP buscar financiamento externo para a ampliação do atendimento nessa área;
- as atividades culturais, com vistas à manutenção das tradições culturais locais. Nesse sentido os conteúdos culturais complementarão os conteúdos dos projetos pedagógicos e serão desenvolvidas ações apoiadas nas minimobraltecas e nos Postos do MOBRL. Estão programados eventos comemorativos nas

Anexo 6.3.3.

festas dos padroeiros municipais, em festa do folclore indígena, e nos aniversários do MOBRL, do território e dos municípios. Além disso estão sendo previstos festivais da mandioca, da gurijuba, do tucunaré e do caranguejo bem como feiras de artesanato.

Como estratégia para garantia da qualidade das ações educativas enunciadas no seu plano de trabalho está sendo organizado, com tônica especial, um Sistema de Capacitação que alcance os elementos diretamente envolvidos no processo (técnicos da COORD, SUSUG, Agentes, equipes COMUN, etc.) além daqueles indiretamente envolvidos em eventos como Encontro de Prefeitos e Seminário de Educação de Adultos (abrangendo outras entidades afins).

Além disso está sendo elaborado um Plano de Supervisão para incrementar essa atividade.

Os recursos financeiros alocados para a execução do Plano de Ação montam a Cr\$ 1.094.185.000, sendo Cr\$ 903.982.000, para manutenção e Cr\$ 190.203.000, para os Programas/Projetos.

AMAZONAS

Apoiada nas características do seu Estado, e nas possibilidades do trabalho do MOBRL, a COORD do Amazonas estabeleceu o Plano Estadual de Educação de Adultos — PLANED para o período de 1984 a 1987.

Inserida no referido Plano, a proposta da COORD para 1985 apresenta as seguintes linhas gerais de ação:

- . aprimoramento do Planejamento Participativo, com a atualização do diagnóstico municipal;
- . cumprimento de sua programação dando flexibilidade ao replanejamento;
- . ênfase à capacitação dos recursos humanos em todos os níveis;
- . aplicação da metodologia de educação comunitária que deverá facilitar a criação de conselhos e grupos de apoio aos projetos educativos;
- . integração com a SEDUC e SEMEC.

Para a concretização de sua proposta, a COORD manterá um atendimento e acompanhamento diversificados a 56 municípios através da Operação Capital e Operação Interior.

A Operação Capital atende à periferia de Manaus, procurando, via articulação com entidades, minimizar a falta de acesso da população a oportunidades educacionais.

A Operação Interior busca a descentralização e divide os municípios nos seguintes blocos:

MUNICÍPIOS DEMONSTRAÇÃO

Representam 10% do total de municípios e já possuem uma infraestrutura que garante a qualidade das ações.

MUNICÍPIOS BOLSÕES

Apresentam um índice de população adulta analfabeta superior a 50%. Nestes, a COORD concentrará suas ações na alfabetização e planeja um acompanhamento sistemático pelos supervisores e técnicos da COORD.

MUNICÍPIOS REFORÇO

Fazem parte do Projeto de Células Básicas cuja atuação pretende-se aprimorar.

DEMAIS MUNICÍPIOS

São divididos em municípios de fácil acesso e os de difícil acesso. Continuarão a desenvolver os Programas e Projetos já implantados, sendo que os primeiros terão acompanhamento direto e sistemático do SUSUG e os outros, embora também recebam visitas dos supervisores, deverão contar principalmente com o apoio das COMUN e entidades locais.

Numa linha de aperfeiçoamento da capacidade executiva dos níveis estadual e municipal, a COORD reorganizará a estrutura de seu corpo administrativo/técnico (incluindo o SUSUG) e a dos municípios quando for necessária.

A nível municipal, vale ressaltar o Projeto de Reforço e Acompanhamento às Bases cujo objetivo é o de fortalecer as ações no município, interiorizando as ofertas educativas, viabilizando o acompanhamento à zona rural, intensificando a supervisão e fortalecendo as Comissões Municipais.

Este projeto abrangerá 192 comunidades rurais distribuídas por 31 municípios. Cada comunidade será assistida por um Agente Comunitário que funcionará como dinamizador/animador das ações educativas, servindo como elo entre a comunidade e a COMUN. Para suprir a deficiência de transporte nessas localidades está prevista a aquisição de barcos e bicicletas.

Quanto à capacitação, aspecto prioritário dentro da proposta da COORD, foi elaborado um Plano Global para 1985, através do qual se atenderá ao corpo técnico e administrativo e aos agentes em conteúdos gerais e específicos relacionados a cada Projeto. Neste Plano está explícita a necessidade de cooperação técnica do MOBREAL CENTRAL.

A COORD planeja para 1985 desenvolver as seguintes ações:

. EDUCAÇÃO SUPLETIVA - serão realizados convênios de PAF e PEI com as Prefeituras, COMUN, Secretarias Estadual e Municipal de Educação e outras entidades. Houve um pequeno aumento das metas em relação a 84, ou seja 15,1% a mais em PAF e 10,5% em PEI. Quanto ao Autodidatismo funcionará como alternativa para a capacitação indireta dos agentes localizados na zona rural.

. PROFISSIONALIZAÇÃO - esta área se operacionalizará através de cursos de PETRA — definidos a partir da demanda do mercado consumidor —, Articulação com Entidades — atendendo prioritariamente alunos do PAF e PEI — e grupos de produção.

. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - buscar-se-á a melhoria na qualidade do trabalho através da capacitação das COMUN para sustentação do Programa, envolvimento da família e comunidade, trabalho conjunto com entidades, melhoria das unidades, adequação da carga horária às especificidades locais.

. AÇÕES EM SAÚDE - nesta área pretende-se fortalecer a grupalização comunitária, visando o conhecimento e a discussão do quadro de saúde da população. Estão previstas a realização de campanhas, consórcios e hortas associadas ao trabalho educativo realizado junto à comunidade e também a coleta e registro de práticas tradicionais nesta área.

. AÇÕES CULTURAIS - acontecerão propiciadas por uma série de procedimentos entre os quais estão: assistência técnica a programas radiofônicos, serviços de alto-falante, jornais, grupos de teatro, participação da Minimobralteca como apoio aos programas do MOBRL e às campanhas de vacinação, operação ACISO etc, premiação aos participantes de eventos comunitários e atividades culturais promovidas ou não pelo MOBRL e realimentação dos Postos.

. DIVULGAÇÃO - as ações neste campo terão como objetivo promover eventos dos quais participarão a clientela do MOBRL e a comunidade em geral, assim como o II Seminário de Educação de Adultos organizado pela COORD e outras Entidades da área.

. CAPTAÇÃO DE RECURSOS - o objetivo deste trabalho consiste em conscientizar Empresas, clubes de serviços e a comunidade em geral no sentido de engajarem-se nas ações das Instituições através da indicação dos 2% do IRPJ e/ou da doação de recursos materiais e financeiros.

Os recursos financeiros destinados à COORD são da ordem de Cr\$ 3.547.163 mil, sendo Cr\$ 1.247.727 mil para as ações educativas e o restante para manutenção.

lfga.

BAHIA

O Plano de Ação da COORD estrutura o trabalho para 1985 no estabelecimento de estratégias regionalizadas de trabalho, em continuidade ao planejamento participativo. A perspectiva de estratégias regionalizadas (com Polos Regionais de Supervisão) vem atender à imensa diversidade regional da Bahia e reforçar o resultado positivo apontado pela equipe na experiência do polo regional de Bom Jesus da Lapa, qual seja, a variedade de propostas que surgem, atendendo às necessidades da comunidade, além de permitir um acompanhamento sistemático e uma realimentação imediata das ações.

A COORD privilegia, no desenvolvimento de sua ação para 85: dinamização de 1 e implantação de 2 Polos Regionais de Supervisão; capacitação de recursos humanos de todos os níveis e áreas, através do "Plano de Capacitação"; supervisão, controle e avaliação; captação de recursos financeiros, através do "Programa Estadual de Divulgação"; integração com Entidades.

Com referência à Educação Supletiva, a COORD planeja ações norteadas pela proposta nacional dos projetos, bem como, formuladas pela comunidade, prevendo uma capacitação de agentes com base nos "Referenciais Básicos de Educação de Adultos" incorporados pela Organização.

Nas ações de alfabetização e pós-alfabetização (com e sem equivalência) manifesta a COORD a consonância com as expectativas e disponibilidades de grupos comunitários, bem como, com a adequação dos conteúdos e do material didático à realidade local, ampliando-se para a construção do material local.

É proposta da COORD que as ações de Educação para o Trabalho (PETRA e Grupos de Produção) beneficiem a clientela dos Programas, sendo intenção que se desenvolvam com mais intensidade na zona rural.

Quanto às ações educativas em Saúde, tendo como clientela os alunos de alfabetização e pós-alfabetização, o planejamento da COORD posiciona os elementos da comunidade como agentes da ação, desde que capacitados para a função.

Ainda na área de Saúde, a COORD prevê o envolvimento de Entidades, como apoio à melhoria das condições de saúde da comunidade.

A COORD pensa a questão da Cultura como suporte às áreas prioritárias de ação, considerando a necessidade de, ao longo do processo de capacitação, identificar e trabalhar com mais propriedade seu aspecto de conteúdo dos Programas. Assim, reconhece que ainda prevalece, na COORD, a concepção de trabalho, no campo da Cultura, representada por ações, até então realizadas, que carecem de uma

maior vinculação às idéias preconizadas nos "Referenciais Básicos".

Para a Educação Prê-Escolar direciona-se a COORD, em 85, para o atendimento, em parte das unidades, à criança de 6 anos, conforme recomendação do MEC.

Em termos específicos de avaliação, a COORD pretende centrar as ações educativas do Plano de Ação para 85 em um município de um Polo Regional de Supervisão, estendendo sua avaliação, também, aos aspectos administrativos e de tomada de decisão da estratégia de regionalização.

A COORD estabelece, para cada uma das 9 "áreas estaduais" em que estrutura o Estado, uma estratégia específica, em função da caracterização, da priorização das ações a serem desenvolvidas, da abrangência física e das formas de acompanhamento e avaliação correlatas.

A área estadual VI constitui-se no 1º Polo Regional de Supervisão, com sede no município de Bom Jesus da Lapa.

Com referência ao componente financeiro da proposta educativa da COORD para 1985, o montante está na ordem de Cr\$ 12.180.942 mil, sendo que Cr\$ 6.597.444 mil são os recursos alocados para os Programas e Cr\$ 5.583.198 mil para a manutenção.

lfga.

CEARÁ

Dentro de uma linha de busca de maior engajamento das comunidades no seu processo educativo, que já vem determinando o trabalho da COORD do Ceará nos últimos anos, sua proposta para 1985 tem como objetivo: desenvolver a prática da educação participativa, contribuindo para a produção coletiva de conhecimentos, preservação e valorização da cultura das camadas populares sócio-economicamente carentes.

A COORD, entendendo que a prática do planejamento participativo ocorrerá gradativamente, adota como estratégia a escolha de 17 municípios, onde inicialmente em uma localidade de cada, será intensificado o processo de envolvimento da população no planejamento da ação educativa.

Em cada município, estarão trabalhando um técnico da COORD, um SE, um SA, elementos da COMUN e um agente comunitário — este último, exclusivamente na localidade escolhida. A função deste grupo será de capacitar e acompanhar a comunidade para a participação nos processos de mudança social através de:

- . diagnóstico da realidade, realizado em conjunto com a população;
- . conhecimento das suas necessidades e aspirações bem como das causas dos seus problemas visando definir um Plano de Ação Comunitária;
- . execução e avaliação do Plano.

Nos outros 124 municípios, o Supervisor de Área atuará, no desenvolvimento da programação do MOBRAL, como um agente de irradiação do Planejamento Participativo para o que, será permanentemente capacitado, principalmente levando em conta as experiências que forem sendo obtidas naquelas 17 localidades.

Serão mantidos nesses 124 municípios os atuais níveis de supervisão (SE, SA) e o trabalho com os representantes de comunidade (RC).

Em relação ao acompanhamento, vale acrescentar que a COORD irá realizar uma experiência de Supervisão Municipal Conveniada, contando com 78 profissionais oriundos de Universidades e outras Entidades que atuarão em 11 municípios, inclusive Fortaleza.

Quanto à capacitação, concebida como processo contínuo e global deverá se realizar nos dois níveis:

- . da COORD - a capacitação se dará de duas formas: a) em momentos

comuns a todos os técnicos da COORD, correspondentes a uma parada, no trabalho de campo, para estudos de temas necessários à execução de suas tarefas; b) em momentos específicos relativos às situações de vivência no campo, ou seja, "capacitação em serviço".

. do município - previsão de treinamentos e reciclagens dos agentes dos vários programas, seminários, encontros de agentes comunitários, de representantes de comunidade e de elementos da COMUN.

A COORD define alguns pressupostos que deverão embasar a capacitação nos níveis acima descritos. Entre eles, destacam-se:

. Propiciar à comunidade a vivência dos Círculos de Pesquisa, como formuladores da transformação da visão ingênua em visão crítica como base para a organização popular;

. vincular a educação ao contexto sócio-político-econômico local que, na prática, poderá se concretizar na inserção no PAF ou PEL de um projeto especial de saúde, cultura ou profissionalização;

. incluir nos conteúdos curriculares:

- as experiências do educando;

- a pesquisa, identificação e discussão sobre as diferentes formas de organização (associações, cooperativas, grupos comunitários, etc);

- temáticas que se relacionam com a problemática de saúde da população, e com os recursos culturais da comunidade.

. proporcionar discussões com a comunidade sobre os tipos de planejamento participativo, ascendente, etc;

. propiciar a concepção e produção de materiais didáticos com a comunidade;

. discutir, executar e avaliar os projetos educativos junto com a comunidade.

Além das experiências nas 17 localidades, a ação da COORD se desenvolverá através dos seguintes programas/projetos:

. Alfabetização - serão desenvolvidos cursos de PAF em todos os municípios, conveniados com COMUN e/ou SEC e SEMEC. Em relação a 1984, houve uma pequena redução da meta equivalente a 3%.

. Educação Integrada - os cursos de PEI também ocorrerão nos 141 municípios e serão conveniados com COMUN, SEC e SEMEC. Houve aumento de meta correspondente a 23,3%.

. Autodidatismo - funcionará como programa de atendimento à clientela nos 141 municípios, sendo coordenado pelo mesmo número de agentes devidamente capacitados para a função.

. Atendimento à clientela de 9 a 14 anos - com base na fase experimental do Projeto Piloto tal atividade, integrada à SEC e SEMEC, será expandida para 30 municípios do Estado.

. Profissionalização - o trabalho nesta área se concretizará através de cursos de PETRA e articulação com entidades. Serão desenvolvidos, também, grupos de produção que receberão apoio do Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará.

. Pré-Escolar - será mantido em todos os municípios, sem expansão de meta.

. Ações de Saúde - além de conteúdos de saúde nas salas de PAF e PEI, será estimulada a grupalização em favor da mudança de hábitos e atitudes e busca de soluções para os problemas dessa área, através de iniciativas da própria comunidade e de ações a serem estimuladas tais como, campanha de filtros, farmácias e hortas comunitárias, etc.

. Ações Culturais - deverão ser desenvolvidas ações na área da literatura, música, folclore, artesanato, história, reservas naturais, teatro, dança, esporte e outras. Os Postos serão mantidos e realimentados.

. Convênio MOBRAL/RONDON/FAE/LBA - tem como objetivo articular recursos para o desenvolvimento de ações, a nível municipal, que proporcionem o estudo de problemas e proposta de soluções nas áreas de atuação de cada entidade envolvida.

Os recursos financeiros destinados à COORD são da ordem de Cr\$ 11.062.627 mil, sendo Cr\$ 7.246.733 mil para as ações educativas e Cr\$ 3.815.894 mil para manutenção.

lfga.

DISTRITO FEDERAL

A proposta educativa da COORD/DF procurou possibilitar a realização da consulta municipal como instrumento para a consolidação das linhas de ação a serem adotadas em 1985. Estas linhas foram, portanto, definidas a partir dos reais interesses e necessidades das comunidades.

Em decorrência, os fundamentos metodológicos da proposta traduziram-se na busca efetiva da participação da comunidade através da metodologia de educação comunitária que deverá possibilitar:

- a formação e o fortalecimento da grupalização;
- o surgimento da situação de aprendizagem participativa;
- a construção de propostas conjuntas.

Na área de Educação Supletiva a COORD propõe um atendimento em larga escala sem, contudo, abandonar a busca constante da qualidade das ações. O respeito à especificidade local, a disseminação de noções básicas de saúde, a adoção de métodos diferenciados e, a busca da participação social da clientela no enriquecimento e construção dos conteúdos educativos, acrescidos de um mínimo obrigatório, são, também, intenção da COORD.

Pensando na sua realidade a COORD propõe um trabalho de Educação em Saúde que envolva um maior número de pessoas das comunidades e instituições a partir das seguintes formas de trabalho:

- atuação com grupos já formados por outros programas e projetos;
- formação e/ou integração de grupos com o mesmo propósito visando à aquisição de código escrito e à continuidade dos estudos nos graus subseqüentes.

A atuação no setor informal constitui-se a opção da COORD na área de Educação para o Trabalho. Serão realizados cursos de pequena duração voltados para os interesses e necessidades dos grupos e das próprias comunidades. Os cursos deverão servir como instrumento de orientação dos participantes para a oferta do MOBRAL na área Supletiva.

A cultura será trabalhada buscando a interação entre as diversas modalidades educativas, os diferentes contextos culturais e o desenvolvimento de ações de apoio às manifestações culturais locais. A COORD considera que os Postos Culturais e a MOBRALTECA serão recursos valiosos para a operacionalização da proposta.

Na área do Pré-Escolar serão mantidas e aprimoradas as Unidades existentes preconizando o atendimento à faixa etária de 6 anos.

A convivência junto às comunidades por ocasião da consulta municipal, onde se enfatizou a partilha nas decisões e responsabilidades, permitiu a definição das ações a serem desenvolvidas e a elaboração de sua estratégia de ação.

Dessa forma, a COORD do DF preocupada com o compromisso de uma resposta educativa adequada às comunidades de baixa renda e, com um atendimento não-formal estabeleceu a seguinte estratégia.

- . Mobilização e captação de recursos: divulgação junto à imprensa, empresas, órgãos de classe e contabilistas prevendo-se a produção de folders e a participação da COORD em eventos.

- . Revitalização de COMUN/Grupos: a avaliação do desempenho das COMUN, bem como, a reestruturação das COMUN não atuantes, a capacitação específica de seus elementos, através da reflexão crítica da sua própria prática e, a elaboração de planos de ação serão as prioridades da COORD.

- . Continuidade na negociação com Entidades/Grupos/Comunidades: a negociação com entidades será mantida através da realização de reuniões para estudo, discussão e avaliação das ações executadas visando ao replanejamento. A participação das entidades, grupos e comunidades na elaboração dos planos de ação com definição de responsabilidades também foi prevista pela COORD.

- . Intensificação do trabalho junto aos grupos dos programas/projetos/ações, visando à sua manutenção e fortalecimento. A partir dos interesses e necessidades detectados durante a consulta municipal, a COORD pretende buscar alternativas junto aos grupos para a construção de conteúdos, promoções de atividades de motivação e sustentação e, de continuidade ao processo de planejamento participativo.

- . Capacitação de recursos humanos: o processo de capacitação dar-se-á em diversos níveis em função da internalização da proposta e aprimoramento das ações. A metodologia do processo

de capacitação deverá ser desenvolvida a partir das necessidades inerentes ao processo educativo de forma dinâmica, prática-reflexiva e participativa, através da adoção de técnicas e processos que levem em conta esses interesses e necessidades dos grupos a serem capacitados.

Por essa razão, o plano poderá ser reajustado nos conteúdos previstos em função da realização de cada momento e das necessidades técnicas constatadas. Os conteúdos de capacitação incluem, necessariamente, uma reflexão crítica sobre a educação de forma global e no âmbito da atuação do MOBRL.

Além desses conteúdos foi, também, prevista a reflexão junto aos elementos a serem capacitados de alternativas de elaboração do conteúdo educativo das ações de forma conjunta com os participantes.

. Acompanhamento, supervisão e controle

O acompanhamento se processará através de reuniões contatos, visitas, observação, entrevistas, correspondências, relatórios e outros instrumentais.

Além da supervisão normal, a supervisão específica acontecerá em alguns municípios, através de propostas consonantes com o trabalho exigido por cada realidade.

O controle será exercido através do estudo do fluxo de informações obtidas durante o acompanhamento e análise dos instrumentais específicos de cada Programa/Projeto/Ação.

. Avaliação

A opção da CCORD foi, neste momento, por uma avaliação sistemática, com estratégias participativas.

Essa avaliação sistemática deverá ser operacionalizada através da elaboração e execução de projetos participativos com base no conhecimento de cada realidade, nos resultados até o presente momento, nas formas sugeridas pelos elementos envolvidos.

Ainda como estratégia de execução de sua proposta educativa a CCORD/DF propõe incentivo aos grupos visando à sua organização e à valorização e estímulo às lideranças locais.

Para a execução das atividades previstas a COORD/DF teve acertados em sua programação Cr\$ 3.496.408 mil. Do total de recursos, Cr\$ 827.020 mil referem-se às ações e Cr\$ 2.669.388 mil à manutenção da COORD.

ESPÍRITO SANTO

A proposta educativa do Estado do Espírito Santo definiu as linhas de desenvolvimento de um trabalho não-formal para o biênio 85/86, voltadas para a população adulta de baixa renda.

Essa prioridade não excluirá a manutenção do atendimento à faixa de 4 a 6 anos de idade e, terá como parâmetro básico a realidade sócio-política-econômica do Estado.

A COORD procurará atender, no biênio, a 9% da população adulta analfabeta o que representa, em 1985, um crescimento de 55,4% em comparação a 1984 no que diz respeito ao número de agentes.

Para tanto, a Coordenação concentrará seus esforços em 21 municípios que possuem índice expressivo de analfabetismo e atuará em 4 grandes blocos: Região Cafeeira, Litorânea, Grande Vitória e cidades de grande porte, Pecuária e outras culturas.

No atendimento em Educação para o Trabalho será dada prioridade aos alunos do PAF e do PEI nos quatro blocos.

Na proposta educativa da COORD estão previstas, a difusão de noções de saúde, higiene e alimentação como conteúdos de Educação Supletiva, o atendimento em Prê-Escolar, preferencialmente nas periferias urbanas, observando o não atendimento pelas SEC, SEMEC e outras Entidades.

Com relação à estratégia de planejamento para 1985 a COORD procurou considerar a realidade local para que se pudesse oferecer um serviço educativo mais próximo aos interesses locais.

O trabalho do MOBRL no Espírito Santo deverá considerar, portanto, a cultura local como ponto de partida para a ação do MOBRL.

A COORD procurou, também, inserir o MOBRL dentro do contexto educacional do Estado numa articulação com o Ensino Regular, a nível municipal e estadual e, favorecer o envolvimento de lideranças representativas e de entidades locais.

O trabalho de mobilização é entendido como um processo havendo, no entanto, momentos de maior intensificação, quando da implantação dos Programas/Projetos.

A seleção de agentes, diante da proposta educativa da COORD, deverá envolver Secretarias Municipais de Educação, Núcleos e subnúcleos de Educação, SA e COMUN, inclusive, na definição de critérios mínimos que serão observados nos momentos de mobilização, durante os treinamentos, realimentações e supervisões.

A capacitação será trabalhada em 3 níveis:

- COORD

Ênfase no maior conhecimento, por parte dos técnicos da COORD, da realidade dos 4 blocos, na reflexão sobre a educação, especialmente sobre o papel do agente, nas características do adulto, na história da educação e educação brasileira, na educação não-formal e na alfabetização (métodos, trabalho com crianças, adolescentes e adultos).

- SUSUG

O SUSUG participará, quando possível, dos momentos de capacitação da COORD. Além desses conteúdos estão previstos conteúdos específicos de supervisão em nível estadual e participação no encontro regional.

- COMUN e Agentes

A COORD pretende dar uma nova dinâmica à capacitação de seus agentes pois, está consciente da sua importância na realização de sua proposta educativa. Será priorizada no processo de capacitação a vivência dos aspectos teóricos pelos agentes.

No caso das COMUN, a COORD pretende capacitar os encarregados através da ação do SUSUG e da COORD e, indiretamente por meio de correspondência.

A introdução do tratamento diversificado às quatro regiões do Estado implicará na existência de conteúdos específicos que deverão ser levantados junto aos agentes e responsáveis pela educação no município.

Na capacitação do PEI estarão envolvidos técnicos da SEDU, SEMEC e SESI (convênio especial), inclusive, no seu planejamento.

Com relação ao Pré-Escolar é intenção da COORD levar em conta conteúdos básicos referentes às 4 áreas do desenvolvimento da criança, difusão de noções sobre higiene, saúde e alimentação, organização da unidade, dinâmica do trabalho do monitor, trabalho junto à família e comunidade e vivência prática do trabalho a ser desenvolvido nas salas de aula.

A COORD prevê a elaboração de um plano de supervisão que se constitua num fluxo de comunicação entre a clientela e a Instituição. Pretende, ainda, retomar o projeto de avaliação do PAF elaborado em 1984 mas, não executado.

Na área de Captação de Recursos a COORD detalhou sua estratégia de trabalho diversificado em função do tipo de empresa e área geográfica.

As Comissões Municipais serão objeto de trabalho especial no sentido de obter um maior comprometimento de sua atuação, bem como seu melhor desempenho.

A Coordenação entende o trabalho de divulgação como um suporte ao desenvolvimento das ações do MOBRAF no Estado. Além disso, a divulgação visa reforçar a inserção do MOBRAF no contexto educacional do Estado, tanto a nível estadual, como a nível municipal.

Para o desenvolvimento de sua proposta a COORD tem assegurados Cr\$ 3.398.274 mil. Do total de recursos, Cr\$ 1.912.447 mil referem-se à manutenção da COORD e Cr\$ 1.485.840 mil ao desenvolvimento das ações.

lfga.

GOIÁS

A proposta educativa do Estado de Goiás foi, de fato, concluída depois do confronto entre o diagnóstico estadual, realizado pela equipe da COORD, e as propostas elaboradas junto aos municípios.

A consulta aos municípios mudou, em alguns aspectos, os rumos iniciais previstos pela COORD refletindo os reais interesses e necessidades das comunidades.

Assim, foi definida a atuação em 188 municípios, do total de 190, de forma global, e com um investimento mais significativo nas ações de cunho social. Essas ações deverão estimular, na visão da COORD, o interesse da clientela pela Alfabetização e Equivalência às 4 primeiras séries do 1º grau.

A oferta do MOBRL em Goiás será constituída, basicamente, de projetos nacionais pois a demanda de um trabalho específico só foi identificada em 30% dos municípios.

Considerando a implantação do PAF/PEI como segmento único, a oferta da Educação Integrada será ampliada em comparação ao atendimento de 1984. No caso da Alfabetização, a COORD optou por uma redução no atendimento, restringindo-o às áreas de real interesse e possibilidade de execução.

Serão mantidas as unidades de Pré-Escolar e, em alguns casos, haverá ampliação com recursos municipais.

A Educação para o Trabalho está sendo vista como suporte às unidades acopladas de PAF/PEI através do aperfeiçoamento e/ou iniciação de grupos de produção/ prestação de serviços, observando-se, no caso do PETRA, a proporção de 1 curso para 4 unidades de Educação Supletiva.

A COORD pretende, ainda, desenvolver ações sócio-educativas nas áreas de Saúde e Cultura, atendendo às demandas locais, canalizando-as para as áreas de instrução propriamente dita e, divulgação.

Visando operacionalizar a proposta serão enfatizados o envolvimento e a integração com entidades, na execução dos Projetos e na captação de recursos e, o fortalecimento das estruturas municipais.

Com relação ao planejamento, a COORD propõe maior participação das bases na avaliação/correção e reprogramação semestral. A participação da clientela na elaboração dos conteúdos e atividades dos projetos desenvolvidos também foi prevista pela COORD.

Essa participação deverá se traduzir pela maior aproximação/ envolvimento dos recursos humanos no processo, inclusive, através da promoção de debates entre participantes, agentes e supervisores visando à adequação local.

No que diz respeito à mobilização foram apontadas: a sistematização da divulgação utilizando as ações programadas como suporte, a intensificação de contatos com o setor político e institucional, a definição de procedimentos básicos a nível municipal, além da promoção de atos solenes/festivos, da esquematização do atendimento à imprensa e sistematização da captação de recursos financeiros.

Na área da Capacitação será dada ênfase na habilitação dos agentes para melhoria de seu desempenho, especialmente, quanto ao trabalho sobre os conteúdos.

A capacitação deverá considerar, ainda, a maior dinamização/ comprometimento dos recursos humanos envolvidos na ação do MOBRAL.

Quanto ao acompanhamento, controle e avaliação a COORD pretende uma melhor sintonia/dinamização do fluxo de informações, melhoria do processo avaliativo e otimização do acompanhamento direto e indireto das ações.

A preocupação com os agentes foi traduzida pela tentativa de melhoria da situação funcional desses agentes pleiteando, junto às Prefeituras, sua contratação ou complementação da sua gratificação.

Como linhas de ação a COORD elegeu:

- aprofundamento da capacitação dos recursos humanos envolvidos no processo educativo;
- planejamento de acordo com os interesses locais e as diretrizes da Organização;

- acompanhamento, supervisão e controle das ações a nível municipal e estadual de forma global e dinâmica, subsidiando as reprogramações;
- definição de processo de avaliação periódica abrangendo todos os elementos das COMUN, agentes e COORD no sentido de contribuir para a melhoria das ações e crescimento dos recursos humanos;
- programação da integração institucional com vistas ao envolvimento intensivo e aprimoramento do processo de captação de recursos para o atendimento a proposta educativa;
- adequação da estrutura para execução do plano de ação;
- divulgação das atividades realizadas pelo MOBRAL no Estado.

Para o desenvolvimento de sua proposta educativa foram acertados Cr\$. 7.544.059 mil.

Do total de recursos, Cr\$ 2.893.969 mil referem-se à manutenção da COORD e, Cr\$ 4.650.091 mil, ao desenvolvimento das ações.

MARANHÃO

A COORD/MA dará continuidade à estratégia adotada em 1984 para o desenvolvimento das suas atividades, através do atendimento prioritário a 50 municípios com maior concentração de analfabetos (Estrutura I) e a manutenção das atividades nos 84 municípios restantes (Estrutura II).

ESTRUTURA I

- Educação Supletiva

. Projeto Experimental de Continuidade (Alfabetização à 4a. série) — 20 municípios — zona urbana

- 1a. fase - Alfabetização - 6 meses - 300hs - 10 a 25 alunos

- 2a. fase - Intermediária - 4 meses - 240hs - 15 a 30 alunos

- 3a. fase - Conclusiva - 8 meses - 480hs - 15 a 30 alunos

. Projetos Nacionais (PAF e PEI) — 20 municípios — zona rural e 30 municípios restantes dos 50 da Estrutura I.

. PAF - 6 meses - 300hs - 10 a 25 alunos

. PEI - 12 meses - 720hs - 25 a 30 alunos

- Educação Prê-Escolar

. Manutenção do Prê-Escolar, com ênfase para 5 e 6 anos - capacitação diferenciada.

- Saúde, Cultura e Trabalho

. Campanhas de filtros, fossas e hortas;

. feiras culturais;

. cursos profissionalizantes tendo em vista o surgimento de centros e unidades de produção.

ESTRUTURA II

- Educação Supletiva

. Manutenção das atividades convencionais em 82 municípios;

. redimensionamento da abrangência da ação a nível de município;

. previsão de atendimento de melhor qualidade em sedes e povoados mais significativos;

- . PAF - 6 meses - 300hs - 10 a 25 alunos
- . PEI - 12 meses - 720hs - 25 a 30 alunos

- Educação Pré-Escolar

. Desconcentração do Pré-Escolar na Estrutura II em benefício da Estrutura I.

- Saúde, Cultura e Trabalho

- . Iniciativas locais;
- . apoio e integração com outras Entidades;
- . desenvolvimento do calendário cultural do município.

A COORD-MA implantará Programas/Ações em todos os municípios do Estado, concentrando esforços nos 50 municípios prioritários, estabelecendo um atendimento progressivo até 1988.

Assegura a continuidade do Planejamento Participativo como um processo permanente de consulta às comunidades, visando à adequação das nossas ofertas às necessidades dessas comunidades.

Enfatiza a ampliação dos níveis de integração com Entidades, especialmente com a Secretaria de Educação do Estado -- 9 a 14 anos e Educação Supletiva.

Buscará assegurar o aumento do percentual de produtividade das ações educativas.

A capacitação no Estado do Maranhão estará voltada para a qualificação dos recursos humanos em todos os níveis, no que diz respeito à fundamentação teórica, metodológica bem como os conteúdos dos diferentes Projetos.

"Será passível de diversificação quando se fizer necessário a fim de atender os interesses e peculiaridades dos agentes, tendo em vista o Projeto Experimental de Continuidade e os demais Programas. Sendo as ações educativas pautadas na metodologia de educação comunitária e no princípio participativo, pensou-se num Plano de Capacitação onde se possa vivenciar o aproveitamento das experiências de vida, a sensibilização para a valorização da cultura local e a instrumentalização necessária para compreensão da realidade na qual os agentes e alunos estão inseridos, a fim de desenvolver formas de atuar sobre essa realidade".

Pretende integrar e fortalecer as ações do MCBRAL aos Planos Municipais de Educação, com vistas à racionalização de recursos e melhoria da qualidade das ações.

Quanto ao acompanhamento procurará privilegiar os aspectos técnicos de Supervisão, aproveitando os resultados no replanejamento das ações. Intensificará o acompanhamento, controle e avaliação da atuação das COMUN de modo a possibilitar-lhes o assumir de suas funções.

Obs.: O setor de informática será reestruturado após o Encontro da DIPRO, quando novas diretrizes serão apresentadas. Essa reestruturação objetiva agilizar o fluxo interno das informações, com vistas a realimentar mais rapidamente o campo.

A avaliação será vista como um processo permanente, tanto ao nível da COORD quanto de COMUN.

Será mantida a mesma estruturação da equipe da COORD adotada em 1984. Cada área da Estrutura I será acompanhada por uma equipe composta de SA, técnicos da equipe de operações, coordenada por um SE, com assessoramento dos Assistentes/ENPEC.

A COORD atuará através de convênios e acordos com outros órgãos, a saber:

- . Secretaria de Educação do Estado;
- . Secretarias Municipais de Educação (6 municípios);
- . Projeto RONDON, SENAR, SUDEPE, SUCAM, EMATER, e outros.

À Coordenação do Maranhão está reservado o montante orçamentário de Cr\$ 6.011.222 mil, sendo que Cr\$ 3.228.388 mil para os Programas, Projetos e ações de apoio. Para a estrutura/manutenção caberá Cr\$ 2.782.834 mil.

lfga.

MATO GROSSO

A partir do conhecimento da realidade do Estado propiciado pelo trabalho que vem realizando e do pensamento de que o problema do analfabetismo não se restringe ao desconhecimento do código escrito, a COORD de Mato Grosso pautará suas ações de forma a propiciar um atendimento às populações menos favorecidas, não somente nas áreas de educação supletiva, como em saúde, trabalho e cultura.

Para a realização dessas ações, a COORD manteve a divisão do Estado em seis grupos de municípios onde serão adotadas estratégias diversificadas, sendo que os grupos I e II terão atendimento prioritário uma vez que concentram mais de 60% da população adulta analfabeta do Estado.

São os seguintes os principais procedimentos estabelecidos para cada grupo:

Grupo I

- . maior articulação com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Saúde, Entidades e Empresas no sentido de apoiar as ações junto aos alunos de PAF e PEI, visando propiciar-lhes um atendimento global;
- . garantia de continuidade de estudos para os neo-alfabetizados;
- . aprimoramento da seleção e capacitação dos agentes;
- . início da experiência com Supervisores Municipais Conveniados em 3 municípios;
- . acompanhamento direto através de técnicos da COORD, elementos da SEC e SUSUG;
- . execução de um projeto de avaliação do PAF nos 10 municípios.

Grupo II

Os procedimentos são os mesmos do Grupo I, a não ser pelo não envolvimento da SEC e pelo fato de que este grupo não contará com o Supervisor Municipal Conveniado, e nem participará da Avaliação do PAF.

Grupos III e IV

- . reestruturação das Comissões Municipais;
- . capacitação dos agentes de forma diversificada e adequada ao perfil dos mesmos, procurando superar as limitações ocasionadas pela baixa qualificação dos recursos humanos disponíveis nos municípios destes grupos;
- . realizar o acompanhamento direto e sistemático pelo SUSUG.

Grupo V

A especificidade deste grupo se dá ao fato de que é formado por 5 municípios onde funcionam as Células Básicas. Devido a esta estrutura, à distância e à dificuldade de acesso aos locais o acompanhamento deverá ser realizado pelos Encarregados das Células e pela COORD, todavia com frequência menos intensa.

Grupo VI

Tendo em vista que os 5 municípios deste grupo não previram qualquer programa quando da consulta realizada, a COORD pretende diagnosticar as causas deste comportamento em 2 municípios, para então analisá-las e adotar o posicionamento adequado. Os outros 3 municípios não trabalharão com o MOBRAL. Vale dizer que este grupo apresenta um índice de analfabetismo de apenas 4% em relação ao total do Estado.

Para levar a efeito o seu trabalho, a COORD elaborou um Plano de Capacitação no qual o MOBRAL CENTRAL deverá ter um importante papel junto aos técnicos da COORD.

Foram planejadas para 1985 as seguintes ações:

. Educação Supletiva: pretende-se conveniar classes de PAF e PEI com a mesma Entidade/Empresa, com vistas a promover a continuidade de estudo bem como implantar classes de PEI em localidades que executaram o PAF em 1984. Em ambos os projetos houve aumento de meta.

	84	85	%
PAF	530	624	17,7
PEI	47	480	921,3

. Profissionalização: serão realizados 300 cursos de PETRA, voltados prioritariamente para a clientela de PAF e PEI;

. Educação Pré-Escolar: a COORD pretende aproximar mais o programa às características da clientela e para isso procederá ao levantamento das condições sócio-econômicas das crianças e suas famílias nos municípios que integram o Grupo I; prevê ainda a busca de maior participação dos pais e comunidade junto às unidades, assim como o aprimoramento da capacitação dos monitores;

. Educação em Saúde: serão veiculadas noções de saúde, higiene e alimentação nas classes de PAF e PEI e desenvolvidas atividades tais como hortas, campanhas de filtros e outras de interesse da população sempre que possível em articulação com entidades afins;

. Ações Culturais: os Postos do MOBREAL deverão ser reativados tornando-se centros de atividades sócio-educativas extra-classe. Estimular-se-á a realização de eventos culturais que contem com a participação de crianças e adultos integrantes dos outros programas/projetos;

. Captação de Recursos: a COORD elaborou uma Proposta de Captação de Recursos cujos principais objetivos são: otimizar os recursos humanos da COORD, no sentido de fortalecer o relacionamento com o Empresariado para a indicação dos 2% do I.R.P.J. e ampliar as alternativas de captação de recursos visando a obtenção de recursos para realização de projetos especiais e experimentais de interesse das comunidades;

. Trabalho integrado com outras entidades:

- MOBREAL/RONDON: ação conjunta nas áreas de saúde, educação e produção junto à clientela do Programa de Educação Supletiva e do Pré-Escolar em 4 municípios;

- MOBREAL/SESI: realização de ações de caráter preventivo e curativo na área de saúde, inicialmente em 8 municípios do Estado.

Os recursos financeiros destinados à COORD são da ordem de Cr\$ 2.768.652 mil, sendo Cr\$ 824.814 mil para as ações educativas e o restante para manutenção.

MATO GROSSO/Sul

Em continuidade ao planejamento para 1985, a COORD concentrou a sua prioridade na Educação Supletiva — Alfabetização e Equivalência às 4 primeiras séries do 1º Grau, assegurando o cumprimento das finalidades do MOBRL, através de um trabalho sócio-educativo.

A COORD baseia a sua Proposta para 1985 nos resultados do Planejamento Participativo que, a cada ano, vem sendo aprofundado no Estado, bem como, nos Planos Específicos, elaborados por cada um dos 4 blocos que constituem a atual estrutura operacional da COORD. A referida estrutura (divisão por blocos/equipes globais) já experimentada no ano de 1984, terá continuidade em 1985, após acertos promovidos pela avaliação no decorrer do ano.

Manifesta a sua ênfase na Alfabetização, através do aumento considerável da meta de agentes (43%) e de participantes (49,9%) assim como da preocupação com a seleção, gratificação, capacitação e acompanhamento dos agentes. Em 1984, quando a população adulta analfabeta no Estado era de cerca de 212.000 o MOBRL atendeu através do PAF — 3,50% (7.390). Em 1985, projetando-se esse contingente para 217.980, o MOBRL deverá atender 13.180, expandindo a sua capacidade de atendimento para 6,05%.

Ressalta ainda a concentração nas zonas urbanas e a diversificação no atendimento, a saber: agricultura, funcionários, alfabetizador volante, etc.

As outras ações a serem desenvolvidas em 1985, são as seguintes:

- equivalência às 4 primeiras séries (2a. prioridade);
- pré-escolar (manutenção do atendimento, em apoio ao Sistema Regular);
- ações de saúde (hortas e campanhas de fluor) e difusão de noções de saúde a partir dos núcleos de pré-escolar e classes de educação supletiva, utilizando material do antigo PES;
- atividades culturais através dos Postos do MOBRL, MOBRLTECAS e MINI-MOBRLTECAS.

Obs.: As ações profissionalizantes não têm previsão orçamentária, mas deverão ocorrer através do interesse e apoio de outras Entidades, empresas e municípios.

quanto às COMUN, a COORD desenvolverá uma estratégia de fortalecimento das suas bases municipais, adequando o atendimento às várias necessidades demandadas pelas mesmas, no que diz respeito à organização, capacitação, supervisão e avaliação. Estimulará, em 1985, o surgimento nos municípios de sub-comissões, grupos de apoio, conselhos de classe, com vistas à mobilização, diminuição de evasão e incentivo dos monitores e comunidade na participação da solução dos problemas sociais das localidades.

Executará um plano de zoneamento do Estado em 8 roteiros para captação de recursos, tanto para a modalidade mais convencional — 2% do Imposto de Renda — Pessoas Jurídicas, como para a busca de recursos alternativos para financiamento de outras ações e frentes de trabalho no Estado, caracterizando uma complementação orçamentária.

A este plano está vinculada a sua estratégia de divulgação, com previsão de atividades para consolidação da imagem do MOBREAL no Estado, fortalecendo as relações com Entidades e empresas diversas. Para isso prevê cooperação técnica do MOBREAL CENTRAL/DECOM.

Com o objetivo de investir na qualidade e produtividade dos Programas/Projetos, a COORD dará ênfase especial à capacitação que deverá estar assegurada ao nível da COORD e dos Agentes, além da inclusão do nível de COMUN, como já foi observado anteriormente, privilegiando aspectos pedagógicos, aprofundamento didático, acompanhamento e avaliação — com indicação de apoio técnico do DETED/DIAMP.

Enfatiza a intenção do aprimoramento permanente do diagnóstico, prevendo o aproveitamento de todas as visitas de campo para dinamizar o processo de planejamento, o qual é visto como uma atividade realimentadora e não como um fato episódico. Dessa forma, prevê o preparo das COMUN, para assumir cada vez mais a coordenação do Planejamento Participativo no município.

A COORD pretende ainda aperfeiçoar a sistemática de controle, que garanta os recursos de gratificação nas bases, com presteza, bem como a análise, através de boletins e outros instrumentais de desempenho, dos trabalhos nos municípios. Essas medidas tem por finalidade indicar, com rapidez, as áreas e aspectos que devem ser corrigidos nos municípios, tornando a ação mais eficaz.

Quanto ao material didático, apresenta uma sistemática de distribuição e controle, com previsão de prazos, formas e veículos de interiorização, bem como conservação, armazenamento e saldo.

Com relação aos recursos financeiros, o seu orçamento global para 1985 implica em Cr\$ 2.470.448, sendo que Cr\$ 1.558.285, para manutenção e Cr\$ 912.163, para desenvolvimento dos programas/projetos e ações de apoio. Desse montante, cerca da metade (Cr\$ 461.543,) está reservada à Alfabetização.

lfga.

MINAS GERAIS/NORTE

A COORD define o trabalho para 85 como coerente com os "Referenciais Básicos de Educação de Adultos" que representam, a seu ver, uma nova postura da Organização, exigindo a implantação de uma metodologia de ação educativa viabilizadora da proposta, a nível nacional.

Planeja, para o trabalho em 85, a reestruturação do Programa de Educação Supletiva num bloco único, constituindo-se de Alfabetização (1ª etapa), Pós-Alfabetização (2ª etapa) e Equivalência às 4 primeiras séries (3ª etapa).

Enfatiza o trabalho de diagnóstico, já em desenvolvimento, como eixo de sua ação educativa para 85, fundamentando, através de acompanhamento e avaliação do longo do processo, o planejamento e o replanejamento das atividades.

Na área da Educação Pré-Escolar a COORD prioriza o atendimento às crianças na faixa etária de 6 anos, bem como, cria a função de "Monitor-Coordenador" (na proporção de 1 Coordenador para 5 Monitores).

Propõe-se a COORD, também, a reestruturar a capacitação de recursos humanos em todos os níveis e áreas de atuação, visando à melhoria da qualidade da ação.

Destaca, no âmbito do PETRA, o planejamento de cursos adequados à clientela adulta que não domina os códigos da leitura, da escrita e do cálculo.

Quanto aos Grupos de Produção, coloca a opção de trabalho com grupos já existentes.

É intenção da COORD manter a articulação e a integração com Entidades, visando ao apoio às ações educativas, com destaque para a participação no Movimento de Alfabetização de Adultos - Projeto Novo Cidadão - promovido pela Secretaria Estadual de Educação, o trabalho conjunto FAE/PRORONDON/LBA e o Projeto de Ação Conjunta com a UTRAMIG, que tem a finalidade de desenvolver a alfabetização integrada com a profissionalização.

O trabalho com a área de Cultura prevê atividades que projetam a manifestação cultural das comunidades, a dinamização dos Postos, da MOBRALTECA e da MINIMOBRALTECA, bem como, a ação conjunta SEC/MOBRAL visando à atuação, em 3 micro-regiões do Estado, quanto à valorização, integração e divulgação da cultura local, propondo-se, também, a incorporação aos Programas.

- No aspecto da Saúde, a COORD privilegia um trabalho de promoção da saúde, com participação da comunidade, através de atividades específicas e participação em Campanhas.

Destaca a COORD Projetos Especiais, em convênio com Entidades, quais sejam: Secretarias Estaduais de Educação e de Saúde, SENAI, SENAC, UTRAMIG, FUNDACENTRO, EMATER, INCRA E UFMG/CNPQ.

Com relação à Supervisão, a COORD manifesta a intenção do desenvolvimento de um processo de acompanhamento e controle que propicie a avaliação e oriente o planejamento, destacando atividades: ampliação do Projeto de Células Básicas em 12 municípios; acompanhamento do "Projeto Monitor-Coordenador", com vistas à efetivação da proposta; Projeto Recuperação das Comissões Municipais; criação de Conselhos Comunitários, com participação da comunidade, agentes e alunos dos Programas.

Informa a criação da "Área de Comunicação Social" que pretende organizar e sistematizar as técnicas de comunicação, a nível da COORD, bem como apresenta o Programa Estadual de Divulgação.

Na área da Captação de Recursos Financeiros a COORD formula uma estratégia visando à sensibilização e mobilização das empresas na destinação de percentual financeiro ao MOBREAL, bem como, à busca de recursos alternativos e doação modal.

A capacitação de recursos humanos, no Plano de Ação da COORD para 85, evidencia a preocupação de treinar e qualificar os agentes da ação, num contexto abrangente de atuação, através de atividades específicas.

Com referência ao componente financeiro da proposta educativa da COORD para 85, o montante está na ordem de Cr\$ 10.553.280 mil, sendo que Cr\$ 6.329.958 mil são os recursos alocados para os Programas e Cr\$ 4.223.322 mil para manutenção.

MINAS GERAIS/SUL

A COORD destaca aspectos que considera, ao formular sua estratégia de ação para 85, quais sejam: "Referenciais Básicos de Educação de Adultos" incorporados pela Organização; planejamento participativo montado a partir das demandas dos municípios; "Plano Diretor de Capacitação de Recursos Humanos", tendo por lema "Educar para Mudar"; compromisso com a qualidade do processo educativo; envolvimento no "Movimento de Alfabetização de Adultos - Projeto Novo Cidadão", da Secretaria Estadual de Educação.

A COORD define, então, como objetivos de seu trabalho: capacitação de recursos humanos, de todos os níveis, para o desempenho do papel de agente educativo; garantia da execução das ações de acordo com os referenciais básicos de Educação de Adultos; procura de formas alternativas de ações interinstitucionais; avaliação do Projeto de Alfabetização Funcional, a partir da capacitação dos agentes, em quatro municípios do Bloco I; aperfeiçoamento da capacidade executiva da Coordenação e dos Municípios; exercício da ação descentralizada da supervisão, através da implantação/expansão dos Núcleos Regionais de Supervisão e do Projeto - Reforço às Estruturas Municipais.

Privilegia a COORD a metodologia de Ação Comunitária, nortecendo todo o trabalho desenvolvido, pautando-se a ação pedagógica no conhecimento, interesse e cultura do aluno.

Como tática para a ação, estrutura os municípios do Estado em 3 grandes "blocos de prioridades", com base no contingente de adolescentes e adultos analfabetos.

A atuação da COORD, em 85, visa privilegiar o Programa de Educação Supletiva em todos os blocos, enfatizando, contudo, os municípios do Bloco I, cujo índice de analfabetismo é de 50% do total de analfabetos de sua clientela.

A COORD explicita que toda proposta de Educação Supletiva vincula-se à Educação para o Trabalho, funcionando os cursos do PETRA como apoio aos projetos de Alfabetização e Educação Integrada.

No Programa de Educação Pré-Escolar a COORD indica o atendimento na modalidade NEPE, uma vez que as propostas dos municípios satisfazem os pré-requisitos exigidos.

Com referência ao material didático, a adoção do material de nível nacional não exclui a abertura para utilização de outros, e, até mesmo, a elaboração de material específico atendendo a realidades locais, desde que observados os requisitos técnico-educacionais.

A COORD também prevê, para 85, a operacionalização de projetos específicos (em articulação com outras Entidades), Projetos Especiais (já desenvolvidos em 84, quais sejam: Clubes Agrícolas, Projeto Formação de Hortas, Aleitamento Materno e Planejamento Familiar), ações em Saúde e Projeto Grupos de Produção, em função dos interesses, das necessidades e das disponibilidades de cada município.

Declara-se a COORD intencionada no desenvolvimento de ações culturais em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura, privilegiando eventos relacionados com as manifestações de cultura popular. Destaca, também, o trabalho com os conteúdos de cultura na área pedagógica, bem como, a atuação da MOBREALTECA e da MINIMOBRALTECA, em atendimento às solicitações do campo, condicionada aos objetivos propostos de cada projeto.

A COORD elege a capacitação, a partir do lema "Educar para Mudar", como a atividade básica de 85, prevendo, o "Plano Diretor de Capacitação", o envolvimento dos recursos humanos em todos os níveis e áreas, (incluindo os líderes naturais das comunidades), comprometendo-os à prática de decisões sobre Educação num enfoque de mudança. O "Plano de Avaliação do Plano Diretor de Capacitação" é uma perspectiva da COORD, cronogramada para novembro de 85.

As áreas de acompanhamento, controle, avaliação e supervisão são contempladas através de planos que abordam aspectos pedagógicos e administrativos.

Detalhando os projetos específicos, que respondem pela articulação com Entidades, a COORD aponta trabalho conjunto, para 1985, com: Secretarias de Estado de Educação Cultura e Saúde; FAE/RONDON/LBA; FUNDACENTRO; SENAC; bem como, instituições a nível municipal.

Especificamente quanto ao trabalho em Saúde, a COORD planeja ações desenvolvidas por grupos comunitários constituídos pela clientela de Programas e Projetos do MOBREAL, antecipando a intenção de articulação com Entidades.

No plano de ação para 85 a COORD institui a sistematização dos controles administrativos, estabelecendo procedimentos concernentes aos Programas/Projetos/Atividades, ao Projeto Reforço às Estruturas Municipais de Educação, ao Projeto Núcleo Regional de Supervisão e aos Projetos Especiais.

O "Projeto Avaliação do Trabalho de Educação Supletiva - Projeto de Alfabetização Funcional" em 4 municípios do bloco I, considerando o processo de capacitação do agente, é continuidade do processo de avaliação da COORD, iniciado em 84.

A COORD explicita o Plano de Divulgação, bem como, o Plano de Captação de Recursos Financeiros, visando, em ambos, ao aperfeiçoamento das atividades em curso nos anos anteriores.

Com referência ao componente financeiro da proposta da COORD para 85, o montante está na ordem de Cr\$ 7.725.657 mil, sendo que Cr\$ 4.357.227 mil são os recursos alocados para os Programas e Cr\$ 3.368.430 mil para a manutenção.

PARÁ

A COORD do Pará pretende para 1985 expandir e aperfeiçoar o processo de educação supletiva, priorizando a alfabetização, assim como buscar maior adequação das ações às diferentes realidades do Estado.

Adotou-se como estratégia de trabalho o agrupamento dos municípios em quatro áreas, onde serão concretizados os seguintes procedimentos, diversificados de acordo com as características de cada uma destas regiões:

ÁREA DE ESTRADA

- . aprofundamento e diversificação do programa de educação supletiva e estímulo à formação de grupos de geração de renda;
- . reforço na mobilização, com a utilização maciça de veículos da COORD;
- . concentração da ação de alfabetização em 7 municípios que representam 53,5% do índice de analfabetismo da região;
- . intensificação da ação supletiva na zona rural;
- . investimento de recursos financeiros em cursos de formação de mão-de-obra e grupos de produção.

ÁREA DE ILHAS

- . desenvolvimento do programa de educação supletiva, enfatizando conteúdos de saúde, higiene e alimentação;
- . concentração da ação de alfabetização em 4 municípios que comportam 41% da população analfabeta da região;
- . estímulo à formação de grupos, a partir das classes de PAF e PEI com o objetivo de discutir os problemas de saúde e incentivo às ações interinstitucionais que visem à resolução destes problemas;
- . mobilização através de líderes comunitários, professores municipais e correspondentes utilizando meios de transporte fluviais;
- . realização da capacitação e acompanhamento de todos os Programas/Projetos em momentos comuns, visando à racionalização de recursos.

ÁREA DO SUL DO PARÁ

- . aprofundamento e diversificação da educação supletiva, buscando intensificar a organização comunitária;

- . concentração da ação de alfabetização em 7 municípios onde estão 86,3% da população analfabeta da região;
- . estímulo às ações culturais objetivando o intercâmbio das "várias culturas" dos diferentes grupos de imigrantes da região;
- . intensificação do processo de ação comunitária através de trabalho com grupos já existentes e estimulando novos agrupamentos;
- . seleção de elementos para a função de animadores de comunidades, principais responsáveis pelo acompanhamento na zona rural, já que nas sedes dos municípios, a responsabilidade estará a cargo dos elementos das Células Municipais;
- . consolidação das estruturas e funcionamento da base operacional (município de Marabá).

ÁREA DO BAIXO AMAZONAS

- . aprofundamento e diversificação da proposta educativa, enfatizando a preservação do equilíbrio ecológico, em reforço às Entidades já comprometidas com esse tipo de trabalho;
- . concentração da ação de alfabetização em 6 municípios que representam 70% do índice de analfabetismo da região;
- . inserção de conteúdos referentes à preservação do meio ambiente junto aos grupos de PAF, PEI e PRÉ;
- . acompanhamento sistemático pelos Supervisores, em especial às classes de alfabetização.

Quanto à capacitação, adequada à prática educativa de cada grande área e flexível para as adaptações necessárias a cada diferente situação, deverá ocorrer nos seguintes níveis:

- . da COORD - haverá momentos comuns para implantação dos Programas/Projetos e diferenciados de acordo com as necessidades do grupo. Será oportunizada a capacitação através da articulação do MOBRL com outras Entidades como SENAC, Universidade Federal do Pará e EMBRATEL que ofereçam cursos, seminários e treinamentos de interesse da COORD. Deverá ser prioridade também a assistência técnica na área financeira;
- . das Comissões Municipais - serão capacitadas principalmente, nos aspectos de supervisão, movimentação financeira, avaliação, integração com Entidades e abordagem comunitária. Para os municípios priorizados pela COORD, além da assistência técnica direta, serão enviadas correspondências com temas para reflexão e sugestões de trabalho para melhor acompanhamento das ações.

. dos Agentes - serão adotadas medidas específicas para cada Programa/Projeto, sendo que para o PAF foi elaborado um Plano de Capacitação próprio, dirigido não apenas aos alfabetizadores mas também aos técnicos da COORD, incluindo o SUSUG.

Em relação à avaliação, além dos procedimentos habituais da COORD, está prevista a realização de uma avaliação do Programa de Alfabetização Funcional envolvendo todo o SUSUG e cobrindo todas as comunidades onde se desenvolve o projeto.

A COORD planeja para 1985 desenvolver as seguintes ações:

. Alfabetização - ocorrerá, com duração e carga horária diversificadas, em todos os municípios do Estado. O conteúdo da alfabetização deverá ser acrescido com temas centrais característicos de cada região. Em termos de meta, houve um aumento de 20,4% em relação a 1984.

. Educação Integrada - assim como no PAF, haverá diversificação da duração das classes a serem implantadas em 76 municípios. O conteúdo obedecerá ao núcleo comum exigido à equivalência das quatro primeiras séries do 1º grau e será complementado com temas locais. Aumento de 12,6% em relação à meta de 1984.

. Educação Supletiva - serão implantados dois projetos experimentais com conteúdos de alfabetização à 4a. série do 1º grau nos municípios de Óbidos (Área do Baixo Amazonas) e Ananindeua.. (Área de Estrada).

. Profissionalização - deverão ocorrer cursos de PETRA e grupos de produção.

. Pré-Escolar - não haverá expansão do número de unidades de atendimento às crianças de 4 a 6 anos.

. Ações de Saúde - serão desenvolvidas a partir das necessidades levantadas junto às classes de PAF e PEI e à comunidade em geral, utilizando-se as possibilidades locais do MOBREAL e de outras Entidades. Estão previstos recursos financeiros para a formação de hortas.

. Ações Culturais - será perseguido o reconhecimento e valorização da cultura local através da exploração do conteúdo dos Programas/Projetos e por meio de apoio às manifestações culturais locais.

Os Postos e as Minimobraltecas serão mantidos e realimentados.

. Projeto Experimental de Mobilização - será desenvolvido no município de Santarém com o objetivo de investir recursos materiais, humanos e financeiros na mobilização maciça para a alfabetização.

. Trabalho Integrado a outras Entidades:

- RONDON: trabalho de ação conjunta a nível municipal;
- ALBRÁS/ALUNORTE: atendimento através dos projetos do MOBRAL à clientela vinculada a esta empresa;
- VALE DO RIO DOCE: ação conjunta em benefício dos operários vinculados à empresa.

Divulgação - pretende-se divulgar os eventos culturais, comunitários, os treinamentos, seminários e palestras promovidos pela COORD assim como os resultados dos Programas e Projetos, junto aos elementos engajados nas ações educativas bem como aos empresários que indicam os 2% do IRPJ, aos clubes de serviço, estudantes e comunidade em geral.

Captação de Recursos - a COORD irá oportunizar a participação e estimular todos os seus servidores nas ações de captação de recursos visando à indicação dos 2% do IRPJ e o patrocínio de eventos e Programas/Projetos.

Os recursos financeiros destinados à COORD são da ordem de Cr\$ 5.503.377 mil, sendo Cr\$ 2.372.479 mil para as ações educativas e Cr\$ 3.130.898 para manutenção.

lfga.

PARAÍBA

O Plano de Ação da COORD para 85 ratifica o trabalho baseado na metodologia de Ação Comunitária até então desenvolvido, com base nas solicitações do planejamento participativo.

Direciona sua atuação para a Alfabetização Funcional e a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, fundamentada na experiência do Projeto Integração e Continuidade - PIC - e alicerçada através do "Projeto Gincana Cultural/83 - Descubra a Paraíba", responsável pela mobilização e pelo engajamento da população no combate ao analfabetismo, bem como, pela difusão de noções de Saúde, Higiene e Alimentação, em conformidade com a legislação em vigor.

A COORD manifesta, também, a intenção do trabalho nas áreas de Cultura, Saúde e Trabalho, visando à consecução do objetivo central da Educação Permanente.

Ressalta o envolvimento da COORD, para 85, no "Ano Internacional da Juventude" e na comemoração dos 400 anos do Estado da Paraíba.

A COORD propõe-se a fortalecer suas ações através da integração com Entidades e da participação da comunidade.

Posiciona como atividade básica no trabalho de 85 a capacitação de recursos humanos em todos os níveis e áreas.

Com relação ao desenvolvimento das ações a COORD assim estrutura sua atuação: área de Educação e Desenvolvimento Cultural com a Educação Supletiva, que se compõe dos Projetos de Alfabetização Funcional - PAF, de Pós-Alfabetização (Educação Integrada - PEI, Integração e Continuidade - PIC e Educação para o Trabalho - PETRA), incluindo a difusão de noções de Saúde, Higiene e Alimentação, e o Programa de Educação Pré-Escolar (modalidade NEPE); área de Ações de Apoio aos Programas/Projetos (Hortas Comunitárias, Feiras de Artesanato, Ano Internacional da Juventude, Festividades 400 anos da Paraíba e 15 anos do MOBRL, Postos do MOBRL, MOBRLTECA e MINIMOBRLTECA, Concurso de Histórias Infantis, Museus Comunitários, Grupos de Produção, Projeto Relato de Experiência, Atendimento à Faixa Etária de 9 a 14 anos); área de Ações de Apoio a Instituições (Campanhas de Vacinação, Aleitamento Materno, ACISO, Protocolo de Intenções PAI/FAE/PRORONDON/LBA/MOBRAL); área de Supervisão; área de Captação de Recursos Financeiros; área de Comunicação Social.

Anexo 6.3.16.

Na questão das metas do PAF para 85, a COORD considera a redução, em termos de 84, como uma opção visando ao acompanhamento e à qualidade da ação, esclarecendo que a proposta prevê o atendimento de 5% da população analfabeta do Estado, em torno de 70.000 pessoas, bem como, o atendimento a 5.000 analfabetos através do convênio SEC/POLONORDESTE.

A área de Difusão de Noções de Saúde, Higiene e Alimentação constitui-se no trabalho já desenvolvido em 14 municípios do Estado, através de Convênio MOBRAL/UEPB, que promove uma ação educativa e de assistência social junto às comunidades carentes, com participação da população.

Com a finalidade de desenvolver um trabalho mais específico na área de Supervisão, a COORD implanta, em 85, o "Plano de Reforço à ação do MOBRAL", em 32 municípios do Estado, visando, também, uma referência à captação de recursos financeiros e à sustentação da qualidade da ação educativa.

Para 85 a COORD planeja a implantação do "Projeto MOBRAL - COMUN, Reforço às Estruturas Municipais de Educação", em 15 municípios do Estado.

Da estratégia da COORD fazem parte o Programa Estadual de Divulgação e o Plano de Capacitação de Recursos Humanos.

A ação para 85 circunscreve-se ao "Cronograma Mestre" da COORD, que prevê as etapas de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de cada atividade.

Com referência ao componente financeiro da proposta educativa da COORD para 85, o montante está na ordem de Cr\$ 7.532,367 mil, sendo que Cr\$ 4.889.293 mil são os recursos alocados para os Programas e Cr\$ 2.643.074 mil para manutenção.

PARANÁ

A prioridade da ação da COORD é a sustentação do PAF, reorientando estratégias e conteúdos nesse sentido.

É dada ênfase ao trabalho envolvendo Entidades, grupos representativos da comunidade e líderes locais.

A política de capacitação de recursos humanos, considerando todas as áreas da proposta educativa e todos os níveis de agentes da ação, é, também, privilegiada.

Pode ser destacada a intenção de captação alternativa de recursos financeiros e materiais, prioritariamente junto à classe empresarial.

Propõe-se a COORD, quanto à divulgação da Organização, a desenvolver uma estratégia de comunicação social, definindo procedimentos adequados.

A atividade de planejamento participativo prevê mecanismos que possibilitem a dinamização do processo, no decorrer do ano, em termos da abrangência dos níveis envolvidos, da reprogramação a partir da modificação da situação dos Programas no campo e da avaliação do desenvolvimento do trabalho.

O acompanhamento é estruturado em função da divisão do Estado em blocos de municípios, de acordo com a especificidade dos Programas/Projetos em desenvolvimento, bem como, a caracterização social ou política da região.

Faz parte do plano da COORD para 85, em termos do controle de informações, a implantação de um sistema de micro-computação.

Quanto às Ações Programas e Atividades a COORD planeja desenvolver, em 85: Programa de Educação Pré-Escolar (através de NEPES); PAF(utilizando sempre o material nacional); Projeto Experimental PAF-PEI(em 7 municípios, utilizando material didático local); Programa de Educação Integrada; Atendimento à clientela de 9 a 14 anos fora da escola, em

convênio com a SEED; PETRA, Articulação com Entidades e Grupos de Produção, na área de Profissionalização; Ações de Cultura, trabalhando a área nos conteúdos dos programas pedagógicos, na promoção de eventos de interesse da comunidade e nas unidades móveis (MOBRALTECA e MINIMOBRALTECA); Ações de Saúde, trabalhando a área nos conteúdos dos programas pedagógicos, bem como nos projetos especiais gerados pelas necessidades manifestadas nas comunidades; Ações integradas com Entidades, visando ao trabalho conjunto, em função dos objetivos da Instituição.

Com referência ao componente financeiro da proposta educativa da COORD para 85, o montante está na ordem de Cr\$ 9.514.041, sendo que Cr\$ 5.652.822 são os recursos alocados para os Programas e Cr\$ 3.861.219 para a manutenção.

PERNAMBUCO

"A Coordenação de Pernambuco, dentro da sua realidade/possibilidade e ditada pela experiência, apresenta a sua proposta para o triênio 85/87, que embora não sendo ousada e agressiva em termos de grandes mudanças, foi concebida de forma consciente e se acredita na sua exequibilidade".

A COORD - PE estimulada pelos Referenciais Básicos para a Educação de Adultos e, partindo da observação de sua ação educativa, decide-se por uma proposta que venha ao encontro de sua preocupação em realizar um trabalho construído com as bases, utilizando a metodologia de educação comunitária. A postura da COORD face à abertura de Instituição, o discurso do Governador do Estado, o nível de exigência das comunidades, e de confiança na viabilidade de um trabalho participativo em busca de uma transformação.

Ao conceber sua proposta educativa para o triênio 85/87, optou por um maior prazo de vigência para a mesma, tendo em vista a necessidade de realizar um trabalho a médio prazo, com ênfases distintas, que serão perseguidas ao longo dos tempos, no sentido de um atingimento gradativo dos objetivos propostos. A efetivação da proposta, apesar de gradativa, exige definições urgentes, principalmente no que se refere à eleição de prioridades para cada plano anual de ação. Em decorrência, o ano de 1985 estará caracterizado como o ano básico da capacitação; em todos os níveis, considerando a necessidade de um maior embasamento teórico, refletindo a prática, principalmente por parte do corpo técnico da COORD.

O processo de planejamento, uma das principais preocupações da COORD, principalmente quanto ao diagnóstico - coleta, leitura, interpretação e tratamento dos dados está incluído como conteúdo básico do Projeto de Capacitação da COORD, e será trabalhado em todos os níveis.

O tema Planejamento será aprofundado após a discussão da metodologia de Educação Comunitária. A COORD espera, com esse trabalho, que o agente comece a elaborar o diagnóstico de sua sala de aula e localidade, a COMUN do município, o SA de sua micro área, o SE de sua macro área de supervisão para finalmente, conceber a sua proposta de trabalho para o Estado. Considerando o caráter gradativo de implantação da proposta, a COORD-PE elegerá o Programa de Alfabetização Funcional para deflagrar o processo. Enquanto os demais Programas serão trabalhados de forma indireta, através da capacitação de supervisores e COMUN, o Programa de Alfabetização

Anexo 6,3,18.

será desenvolvido através da metodologia de educação comunitária em 10% dos municípios do Estado, sendo o grande viabilizador do processo educativo preconizado pela COORD a partir de 1985.

Para tanto serão definidos critérios de seleção de alfabetizadores e reestruturação das COMUN, se necessário. As ações de saúde previstas acontecerão como decorrência do trabalho educativo desencadeado, beneficiando principalmente, a clientela envolvida nos diversos programas.

A exemplo das ações de saúde, o trabalho com grupos de produção visa atender a clientela dos programas e projetos da Instituição, além de grupos oriundos do PETRA.

A Secretaria de Educação de Pernambuco, em convênio com o MOBRL, atenderá em 1985, 25.000 alunos de Educação Integrada, distribuindo a carga horária do programa em 2 anos. Essa medida foi resultado de uma avaliação realizada pela Secretaria e indicou a necessidade de uma maior carga horária. Assim, considerou a importância de dividir o programa em 2 etapas, a saber:

1a. - correspondente à 1a. e 2a.séries;

2a. - correspondente à 3a. e 4a.séries;

A Secretaria oferecerá em 1985, a 1a. etapa - correspondente à 1a. e 2a. séries - a alunos novos e repetentes. Em 1986, atenderá com a 2a. etapa - correspondente à 3a. e 4a. séries - os que ingressaram em 1985 e, simultaneamente, será oferecida a 1a. etapa para alunos novos.

O material didático adotado será o do Autodidatismo reformulado pelo MOBRL Central, com ajustes pela equipe técnica da SEC, considerando o aspecto supletivo e reingresso do aluno na 5a. série do Sistema Regular. Observação.: A equipe técnica do SEC e os técnicos e SE da COORD serão capacitados pelo MOBRL Central no que diz respeito à utilização do material recém reformulado.

Ainda em 1985, a exemplo do ocorrido em 1984, a SEC aplicará testes de Português e Matemática aos candidatos do PEI. Aqueles considerados inaptos serão encaminhados às COMUN/MOBRAL, para atendimento no PAF.

Anexo 6.3,18.

A COORD - PE registra que o acompanhamento tem sido um dos aspectos mais prejudicados ao longo desses anos e tentará envidar esforços no sentido de otimizar a utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais, mesmo sabendo que alguns fatores que contribuíram para os problemas de acompanhamento, continuarão existindo.

De acordo com a intenção da COORD de concentrar a sua ação em 10% dos municípios, sabe de antemão que os municípios selecionados compreenderão a área metropolitana e zona da mata do Estado. O trabalho nessa área será assumido pelos encarregados das Células Básicas, SA, SE, equipe de capacitação da COORD e MOBRL Central.

No restante do Estado o acompanhamento será feito pelas COMUN, SA, SE e, eventualmente, por técnicos da COORD.

Pretendem ainda, aprimorar a experiência deste ano, no que se refere à formação de uma equipe da área meio da COORD, atuando no campo, contribuindo para que os Supervisores fiquem mais disponíveis para as atividades pedagógicas. Os estagiários, a serem contratados em 1985, trabalharão nos municípios que compõem a área de concentração, contribuindo para o acompanhamento mais efetivo.

Para efetivação da proposta prevista, a COORD e o SUSUG serão reestruturados.

A área meio (administrativo/financeira) também será reestruturada, para atender à Proposta Educativa da COORD. A COORD dinamizará os instrumentais e controles, organizando e utilizando os dados para fins de planejamento para alimentar a atividade supervisora da COORD. Considerando a necessidade de utilizar mais racionalmente os recursos do DA para sustentação dos Programas, a COORD optou por concentrá-los em uma única conta a ser administrada pela própria COORD, com um plano para movimentação da mesma.

OBS.: Os recursos deverão ser liberados pelo MOBRL Central para a COORD, a cada 3 meses, com base no planejamento de metas, trimestral, através de RR e conforme planilha anexada. Apresenta um projeto de apoio administrativo-financeiro às COMUN para dar suporte às mesmas, visando melhor desempenho na área e proporcionando ao SUSUG, condições para melhor desenvolver atividades pedagógicas. Tendo em vista a avaliação do trabalho em 1984, a captação de recursos financeiros (2% do Imposto de Renda e doações) será desenvolvida através de:

- visitas às empresas dos grupos 1 a 7
- visitas aos contabilistas com escritórios fora da empresa
- correspondência e visita aos órgãos de classe
- correspondência às empresas de grupo 8
- vinculação de materiais/anúncios nos veículos de comunicação.

Anexo 6.3.18.

- distribuição de folder com Programas/Projetos da COORD em 1984 e de outro sobre indicação de 2%.
- distribuição de cartazes.

OBS.: A realidade do empresário de PE demonstra a inviabilidade das doações, tendo em vista a atual crise econômica que afetou mais drasticamente o Nordeste.

As justificativas dos empresários neste sentido tem sido bastante convincentes.

A COORD prevê, com assessoria do DETED, a elaboração em janeiro de 1985 de um Projeto de avaliação para o presente Plano de Ação, que caminhará paralela a todo o processo educativo.

A COORD - PE, do seu montante orçamentário de Cr\$ 9.239.382 mil, aplicará Cr\$ 4.526.017 mil em Programas e ações de apoio e Cr\$ 3.709.669 mil na manutenção da sua estrutura.

PIAUÍ

O plano de trabalho da Coordenação do Piauí aponta prioritariamente para as ações educativas na área da alfabetização de adultos e se organiza na divisão do Estado em dois grupos de municípios.

O primeiro grupo abrange os 18 municípios mais populosos do Estado e que concentram cerca de 50% da população adulta analfabeta, para os quais são previstas duas propostas distintas:

- A Proposta Experimental de Educação Participativa, em 3 a 5 comunidades nos municípios de Piripiri e Oeiras, onde as ações educativas serão concebidas e desenvolvidas pelas próprias comunidades obedecendo aos seus interesses, necessidades e ritmo;
- a concentração de recursos técnicos e financeiros para a realização de ações educativas do órgão em 16 municípios e nas demais comunidades não envolvidas dos 2 municípios sede da Proposta Experimental de Educação Participativa. Nesses 18 municípios serão desenvolvidas ações na área de alfabetização (300 horas, 7 meses, com material nacional), equivalência (720 horas, 12 meses, com material nacional), pré-escolar (660 horas, 11 meses, com material nacional), profissionalização (em cursos profissionalizantes e oficinas comunitárias de produção), saúde (em campanhas sanitárias de fossas e filtros; campanha de óculos; encontro de parteiras leigas; implantação de hortas e farmácias comunitárias) e em ações culturais (promoção de Feiras Culturais; apoio a grupos folclóricos e de teatro, a jornais de COMUN e a atividades de esporte e lazer; manutenção dos Postos do MCBRAL estimulando a ampliação do seu acervo; articulação com outras entidades para a promoção de ações visando a preservação das manifestações culturais locais; aperfeiçoamento da utilização e aumento do acervo das minimobraltecas).

Em ambos os casos as atividades educativas estarão apoiadas especialmente na atuação de agentes comunitários, gratificados para desempenharem o papel de Coordenadores e animadores das ações educativas propostas pelas comunidades, além de na atuação daqueles elementos que compõem a infra-estrutura rotineira do MCBRAL nos municípios e no Estado: Agentes dos Programas/Projetos e Integrantes das COMUN, SUSUG e COORD.

O segundo grupo abrange os demais 94 municípios do Estado onde se atuará, basicamente, com ações educativas nas áreas de alfabetização (300 horas distribuídas de acordo com a realidade dos municípios) e pré-escolar (com duração máxima de 11 meses dando prioridade à faixa etária de 6 anos e intensificando o

trabalho junto às famílias dos pré-escolares). Com relação às ações culturais, de saúde e trabalho não serão destinados recursos financeiros do MOBRL para esse fim; serão difundidas as noções de saúde, alimentação e higiene como conteúdos complementares de alfabetização e pré-escolar e serão negociados recursos com entidades locais para o desenvolvimento de tais ações caso haja disponibilidade e interesse.

Aparece com ênfase no Plano de Trabalho da COORD:

- a ampliação do intercâmbio com órgãos públicos, empresas, associações, conselhos comunitários, grupos de ação locais, etc., com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas para o aumento do apoio técnico, financeiro e material às ações educativas propostas pelas comunidades e grupos comunitários;
- a continuidade do projeto de pesquisa "Educação Participativa: uma Alternativa para a Região Nordeste" na comunidade de Vertentes do município de Piripiri. Para tal será mantida a dedicação exclusiva dos 2 técnicos responsáveis e estudada a possibilidade da ampliação dessa equipe, considerando o volume de trabalho a ser executado e o prazo para conclusão das etapas em consonância com os demais Estados que participam dessa experiência;
- a elaboração de uma proposta diversificada de equivalência, específica para o Estado, a ser implantada em 1986;
- a implementação da capacitação dos recursos humanos na área de educação básica não-formal, visando a melhor compreensão e operacionalização da proposta de trabalho. O Plano de capacitação elaborado envolve os agentes, as COMUN, o SUSUG e a equipe técnica da COORD;
- o aperfeiçoamento do planejamento com vistas à maior participação dos municípios, comunidades e grupos. A melhoria do processo de seleção de agentes para a garantia da qualidade das ações educativas. A adoção de alternativas diversificadas de mobilização e supervisão que possibilitem melhor participação e acompanhamento;
- a avaliação e consequente reestruturação das COMUN considerando-se o aspecto comunitário, social e político dos municípios, visando a maior aproximação das lideranças locais e o fortalecimento das estruturas municipais do MOBRL. Serão mantidas os 35 encarregados de células básicas existentes em 17 municípios;

- manter e ampliar as ações conjuntas com a SEC nas áreas de equivalência (Departamento de Ensino Supletivo), capacitação de professores leigos (Departamento de Ensino Rural) e do Projeto "Avante" - que atenderá a 14.000 alunos de 12 a 14 anos da rede regular de ensino de Terezina de 1a. a 4a. séries, com o objetivo de promover a alfabetização e a correção da distorção idade-série (Departamento de Ensino de 1º Grau);

- a reestruturação da COORD, considerando as aptidões e tirocínio de seus integrantes, em Equipes de Trabalho e Grupos Tarefa. A reestruturação do SUSUG será efetuada quando da ampliação do Projeto Célula Básica considerando-se as vagas existentes no atual quadro de supervisores de área e face a sistemática de grupalização adotada para atendimento aos municípios;

- a manutenção da estratégia de captação de recursos adotada em 1984 para dedução dos 2% do IR pelas empresas, dando prioridade ao trabalho em Terezina e junto àquelas que não fizeram indicação no ano base de 1983. Além disso será feita a seleção de empresas de nível médio com o objetivo de se obter patrocínio para o aumento de classes de alfabetização, equivalência e pré-escolar bem como para a aquisição de material de consumo para essas classes.

Os recursos financeiros alocados para a execução do Plano de Ação montam a Cr\$ 5.755.749.000,00 sendo Cr\$ 2.607.761.000,00 para manutenção e Cr\$ 3.147.988.000,00 para os Programas/Projetos.

RIO DE JANEIRO / NORTE

A COORD Rio de Janeiro/Norte definiu como pressupostos básicos de sua proposta educativa para 1985 a vivência de uma pedagogia participativa, a ênfase na qualidade das ações, o atendimento prioritário à população de baixa renda, a articulação com outras instituições, o respeito à cultura local, a adequação das ações às realidades, o desenvolvimento da ação educativa de forma integrada, globalizada e contínua e, o maior envolvimento no aprofundamento e construção do diagnóstico.

Na área da Educação Supletiva a COORD propõe uma ação onde predomine a maior flexibilidade possível dentro de uma programação associada e não-formal, que propicie o alargamento e aprofundamento da consciência crítica do homem frente à sua realidade.

A COORD procurará buscar a interação entre as modalidades educativas oferecidas pela Instituição e os diferentes contextos culturais existentes.

As ações previstas na área de Saúde deverão contribuir para a melhoria das condições de saúde da clientela, através da reflexão crítica para a compreensão de seus problemas, sua organização e, a decisão de ações conjuntas na busca de soluções.

No caso do Pré-Escolar a criança deverá ser, de fato, o centro do processo educativo e ponto de partida para o desencadeamento de qualquer proposta.

A clientela de baixa renda será a prioridade de atendimento em Educação para o Trabalho, por meio da aquisição de técnicas simples que possibilitem, de alguma forma, um aumento da renda familiar para os participantes.

No que diz respeito ao processo de capacitação a COORD prevê, no caso da Educação Supletiva, ações em todo o ano de 1985.

Nessa área, a capacitação está sendo considerada como um dos fatores fundamentais para a melhoria da produtividade.

Para a capacitação em Alfabetização foi elaborado um suplemento ao Manual de Alfabetizador com objetivo de suprir as necessidades do Roteiro de Orientação ao Alfabetizador. A capacitação dos agentes do PAF será de responsabilidade do SUSUG, com a participação de elementos da COMUN.

Na Educação Integrada está sendo prevista uma sistemática que permitirá o envolvimento dos Responsáveis Municipais pelo PEI- RMPEI, além do SUSUG e da COORD, como multiplicadores no processo de capacitação.

O Pré-Escolar terá sua capacitação reforçada em 1985 sendo que todos os elementos envolvidos no Programa terão participação garantida. Os treinamentos deverão conjugar conteúdos únicos e diferenciados.

Serão considerados conteúdos únicos de capacitação no Pré-Escolar: a Pré-Escola, sua importância e a função pedagógica, o planejamento-curriculo e as áreas de conhecimento, as várias áreas de conhecimento e, as várias formas de expressão da criança.

Além da capacitação inicial e das reciclagens está prevista, também, para todos os Programas e Projetos, a capacitação indireta. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de elaboração de apostilas e fascículos para enriquecer e complementar o material já existente.

A COORD previu, ainda, a capacitação interna de sua equipe técnica através da participação em cursos e seminários e da promoção de palestras e encontros na Coordenação.

No caso do SUSUG será dada ênfase à reflexão crítica sobre o trabalho realizado nos municípios.

Quanto ao acompanhamento e supervisão foi prevista a elaboração de um Plano Estadual que detalhará todos os procedimentos a serem adotados.

Em termos de controle serão utilizados instrumentais específicos a cada Projeto.

A avaliação do Programa de Educação Supletiva será feita considerando a avaliação dos projetos e avaliação dos alunos.

A avaliação dos Projetos compreenderá a capacitação dos agentes e o desempenho em sala, sendo que os projetos experimentais serão objeto de avaliação específica.

A COORD participará do Projeto de Avaliação da Atuação do MOBRAL no Programa de Educação Pré-Escolar: sua atuação educativa e seu impacto social.

A divulgação do MOBRAL no Estado deverá crescer na razão direta da necessidade de maior captação de recursos, e estará voltado para um melhor rendimento das atividades.

Para tanto, a COORD pretende que a divulgação atinja 3 públicos distintos: o grande público, público interno e externo ao MOBRAL e o empresariado.

Para o desenvolvimento de sua proposta a COORD/RJ terá Cr\$4.687.963 mil. Do total de recursos Cr\$ 1.694.080 mil correspondem ao desenvolvimento das ações e Cr\$ 2.993.883 mil, à manutenção.

lfga.

RIO DE JANEIRO/Sul

De um modo geral, a COORD RJ/Sul dará continuidade às ações e procedimentos que vem adotando desde 1982.

No entanto, apresenta uma ênfase maior na Educação Supletiva em 1985. A diferença da meta de Alfabetização de 1984 para 1985 atinge um aumento de 33,2% (agentes) e 57,4% (participantes).

Apresenta, ainda, a alternativa de atendimento à faixa etária de 9 a 14 anos em alguns municípios, através de 100 classes de Alfabetização com reforço de 800 cursos do PETRA e 150 de Articulação com Entidades (SENAC/SENAI), com custos para o MOBRL da gratificação dos monitores profissionalizantes, capacitação e material didático. Cada modalidade é caracterizada pela COORD como uma ação complementar.

Obs.: Os alfabetizadores serão os da rede de ensino.

Com relação à Equivalência às 4 primeiras séries do 1º Grau, um acréscimo de 36,7% (agentes) e 45,3% (participantes) na previsão 1985 comparativamente à execução de 1984 (PEI).

As Prefeituras assumirão a gratificação em 1985, de cerca de 30% dos professores de Educação Integrada.

"Como no PAF, o aluno de PEI não será trabalhado apenas em sua individualidade, mas principalmente, no seu papel de componente da comunidade".

Ainda quanto à Educação Supletiva, busca assegurar o caráter técnico pedagógico bem como o aprofundamento um pouco maior no que diz respeito à filosofia do trabalho comunitário, através da aproximação mais expressiva com os vários tipos de lideranças que compõem as comunidades.

A Coordenação manterá em 1985 a mesma meta de Pré-Escolar executada em 1984, com financiamento do MOBRL. Outras unidades poderão surgir, no entanto, desde que com apoio financeiro de outras Entidades/Empresas.

"O Pré-Escolar será utilizado como meio de globalização das ações nas comunidades."

Serão implantadas unidades em horário integral — co-participação

MOBRAL/Comunidade, para amparar crianças cujas mães trabalhem fora.

Outras ações serão desenvolvidas nas áreas de cultura e trabalho. A principal, entre outras da área Cultural, é uma Programação para o Ano Internacional da Juventude. Além disso, atividades diversas deverão ser estimuladas nas classes. As ações profissionalizantes serão promovidas junto à clientela de Alfabetização, Educação Integrada e pais de crianças do Pré-Escolar.

Manterá ainda a dinamização do Balcão de Emprego através de:

- contato com empresas;
- divulgação (TV, rádio, jornais);
- atendimento aos candidatos.

A COORD manifesta intenção quanto à indicação dos 2% do Imposto de Renda — Pessoas Jurídicas como alternativa direta de captação de recursos. No campo do relacionamento externo, conta com o envolvimento de um número considerável de Entidades e Empresas no apoio às ações.

A sua sistemática de capacitação prevê a garantia, além dos Treinamentos Básicos em fevereiro próximo, de realimentações mensais. Prevê, a exemplo do ocorrido em 1984, capacitação interna da equipe da COORD, a qual será coordenada pela Adjunta, em outubro e novembro. O objetivo dessa antecipação é a economia de tempo para aproveitamento posterior na capacitação nas diversas regiões.

O acompanhamento obedecerá à mesma sistemática adotada anteriormente, através das visitas de supervisão, quando os técnicos farão anotações para repasse à Coordenadora Adjunta/ENPEC/ENSUP, semanalmente, para avaliação. Enfatiza que esse processo tem dado segurança à COORD e sua equipe, possibilitando uma visão atualizada e global do trabalho desenvolvido no campo.

A sucata, como no Pré-Escolar, complementarará o material didático convencional dos adultos, incentivando os agentes a trabalharem concretamente com os alunos para uma segura abstração posterior.

O montante orçamentário da COORD RJ/Sul é de Cr\$ 3.497.358, sendo Cr\$ 1.044.617 para o desenvolvimento de ações de apoio aos programas e Cr\$ 2.452.741 para manutenção.

lfga.

RIO GRANDE DO NORTE

A Ação do MOBRAL em 85 no Rio Grande do Norte se baseia na organização comunitária. A partir dela chega-se aos meios — projetos educativos do órgão, com vistas ao atingimento do objetivo maior de desenvolvimento sócio-político econômico da população do Estado, principalmente a das comunidades rurais e as de baixa renda das comunidades urbanas.

As atividades previstas estão associadas às da Secretaria para Assuntos de Governo mediante o Projeto de Ação Integrada Governo do Estado/Fundação MOBRAL (com vigência de março de 84 a março de 86) que vem ampliando a área de atuação da Coordenação e viabilizando o trabalho conjunto com as demais Secretarias de Governo e com outras entidades estaduais, nacionais e internacionais.

Aparece com ênfase especial no plano de trabalho da Coordenação:

- o início da execução do Projeto Nordeste que prevê a ação integrada de diversas entidades e onde a COORD/RN está envolvida no apoio às pequenas comunidades rurais;
- o aperfeiçoamento das oportunidades educacionais oferecidas pelo MOBRAL, notadamente a alfabetização e equivalência. Serão levadas a efeito experiências diversificadas de alfabetização, particularmente com as lavadeiras e os pescadores para os quais será elaborado material didático específico dentro dos interesses e características desses grupos. Com os pescadores está sendo realizado um trabalho especial com o objetivo de ajudá-los em suas tarefas de sobrevivência (prevêem a reabertura da Cooperativa Central de Pescadores) e de reflexão sobre a necessidade de melhoria de comunicação com o mundo em que vivem.

Para todas as demais classes de alfabetização e equivalência as palavras e textos geradores estão ligados à ação comunitária que se desenvolve em função da terra, dos recursos hídricos e do crédito rural, sendo que o material didático de equivalência será elaborado em classe. O material nacional funcionará em todos os casos como complementação e enriquecimento das atividades didáticas.

Quanto ao pré-escolar serão mantidas as unidades existentes.

Prevê-se a intensificação:

- das unidades de produção, esperando-se com o estímulo à comercialização dos produtos (entre os quais está incluída a

Feira de Cultura que reunirá artesões de todas as expressões culturais), chegar-se à organização de micro-empresas;

- do projeto "Recondução à Escola" (convênio com a SEC para escolarização de crianças de 9 a 14 anos), no 2º e 8º NURE;
- das hortas domiciliares e comunitárias a serem desenvolvidas nas áreas onde foram perfurados e instalados poços;
- das atividades relativas aos Postos do MOBRL que serão realimentados e reequipados; considera-se devam ser esses postos incluídos necessariamente em todas as ações comunitárias realizadas nos municípios.

Além disso será dada continuidade:

- ao projeto "Meninos do Potengi" em que o MOBRL se associou ao Movimento Estadual de Integração Social, à Polícia Militar, à Secretaria para Assuntos de Governo, à FUNABEM e outras entidades para o atendimento integral às crianças da favela do Potengi, na grande área adjacente de propriedade da Polícia Federal;
- aos mutirões comunitários tais como aos de: construção de trecho de estrada ligando a Serra João do Vale ao município de Jucurutu; de 2 centros comunitários, sendo que no da Serra João do Vale funcionarão unidades de produção de doces, casa de farinha, armazém etc., (com financiamento do PRODECOR); de 2 capelas, 2 campos de futebol, 1.049 unidades sanitárias, 3 cisternas, 2 postos de saúde, 1 casa (com os Meninos do Potengi); de reconstrução de 3 Escolas Municipais e de limpeza pública em 3 comunidades rurais.

Foram indicadas novas atividades:

- O Projeto São Rafael, que atende à população desalojada pela inundação decorrente da abertura da barragem de Armando Ribeiro Gonçalves;
- O Projeto Experimental na Área de Irrigação;
- O Projeto de Integração da Mulher Rural na solução dos Problemas Sociais, financiado pelo Banco Mundial, que será desenvolvido na Serra João do Vale e São Tomé;
- a participação na organização e execução de atividades esportivas para amadores (convênio com a Fundação de Esportes de Natal e SPAG).

Como elementos viabilizadores da Ação no Estado, em ordem de prioridade, foram indicados:

- capacitação: desenvolvida a partir de 84 entrando em 86, a reciclagem e capacitação de alfabetizadores, professores da equivalência, monitores do Prê-Escolar e de todos os ENSUG. Além disso está sendo prevista a elaboração de um Plano de Capacitação Específica dos técnicos da área pedagógica e SUSUG face às necessidades resultantes do próprio plano de trabalho da Coordenação;

- supervisão: planeja-se a reestruturação do SUSUG a partir da opinião dos próprios supervisores. A intensificação do acompanhamento e supervisão está condicionada ao indispensável aumento da quota de gasolina;

- pessoal: aguarda-se autorização para ampliação do quadro da Coordenação.

Os recursos financeiros alocados para a execução do Plano de Ação montam a Cr\$ 4.701.341.000 sendo que Cr\$ 2.201.341.000 para manutenção e Cr\$ 2.500.000.000 para os Programas/Projetos.

RIO GRANDE DO SUL

A COORD destaca que a sua Proposta Educativa foi formulada a partir dos Referenciais Básicos da Educação de Adultos, de modo a contribuir para o atingimento dos objetivos traçados no Plano Estadual de Educação de Adultos. O referido Plano estabelece como objetivo principal a redução do índice de analfabetismo do Estado a 10%, até 1987.

O Plano de Ação da COORD para 1985 assegura a intenção de continuidade da Estratégia adotada em 1984.

Justifica a diversificação das ações, com projetos ajustados à realidade das comunidades, como decorrência do planejamento participativo.

Dará continuidade ao entrosamento com entidades públicas e privadas, em especial com o Governo do Estado, tendo em vista o atendimento à população de baixa renda.

Em função do aumento da demanda das ações, a COORD redobrá esforços para manutenção da produtividade dos Programas e Projetos.

Além da ênfase na ação direta de alfabetização, visando a redução do índice de analfabetismo, implementará ações conjuntas com a SEC para atendimento à faixa etária de 9 a 14 anos, classes de alfabetização e educação continuada.

Terá continuidade ainda, em 1985, o desenvolvimento de ações supletivas com empresas.

A COORD - RS pretende promover cada vez mais o desenvolvimento vinculado do PAF/PEI, caracterizando a continuidade.

Desenvolverá projetos específicos na área de saúde, elegendo como clientela básica os participantes dos diversos Programas e Projetos do MOBREAL, assim como oportunizará ofertas de iniciação para o trabalho através de cursos de curta duração e articulação com Entidades. Estimulará 31 grupos de produção em 6 municípios.

A COORD - RS ressalta como linha básica de ação a prioridade na Educação Supletiva, especialmente a Alfabetização, coerentemente com o Plano Estadual de Educação de Adultos e com o objetivo maior da Instituição. Para atendimento desta prioridade será obedecida a estratégia da COORD, qual seja a canalização de esforços nos municípios com maior concentração de analfabetos. Assim, permanecerá a seguinte divisão do Estado:

Bloco A - 100 municípios dos quais 78 abrigam uma população analfabeta superior a 2.000 pessoas. Este grupo totaliza uma população analfabeta em torno de 402.000 pessoas, o que significa 66% da população analfabeta do Estado.

Bloco B - 15 municípios da Região Metropolitana, totalizando 147.000 analfabetos que representam 21% da população analfabeta do Estado.

Bloco C - 135 municípios, com população analfabeta inferior a 2.000 pessoas. Estes municípios totalizam cerca de 135.000 clientes, representando 23% do analfabetismo do Estado.

Tendo em vista o aprimoramento dessa Estratégia, algumas adequações vêm sendo feitas a cada ano. Em 1984 foi reestruturado o nível de SA do subsistema de Supervisão. Para 1985, prevê o redimensionamento do nível de Supervisores Estaduais - SE.

Essas medidas decorrem também da necessidade de reestruturar seu corpo técnico, a fim de fazer frente ao volume de ações a serem desenvolvidas em 1985, em razão da carência de recursos humanos enfrentado pela COORD.

Quanto à capacitação, a COORD deverá promover um redimensionamento para atendimento aos postulados dos Referenciais Básicos da Educação de Adultos.

. Ao nível da COEST/SUSUG, o processo de capacitação assumirá duas características:

- Capacitação em termos de Programas/Projetos;
- momentos de capacitação, numa linha de aperfeiçoamento, mediante a participação de técnicos em cursos, palestras, simpósios, etc.

Para esse nível está previsto um momento com a participação do MOBRAL Central, oportunidade em que será procedido estudo, reflexão e análise sobre a prática de Educação Comunitária, a partir da sala de aula.

. Ao nível de COMUN:

- Continuidade do processo de capacitação, através de A.T. direta do subsistema e COORD com realização do Encontro Anual de COMUN;
- estímulo à descentralização de ações para a COMUN, especialmente no preparo dos Agentes dos vários Programas e Projetos;
- . ao nível dos Agentes: (especial atenção)
- os treinamentos básicos serão promovidos pela COORD/SUSUG;
- observação de carga horária adequada a cada programa, acrescida de outros momentos com reciclagens, reuniões, encontros, etc;
- treinamento dos Agentes para atendimento de 8.924 alunos do Projeto de Alfabetização Individualizada.

Para assegurar as prioridades para 1985, alguns procedimentos serão adotados para supervisão, acompanhamento e avaliação das ações. A COORD concentrará esforços na supervisão direta aos municípios integrantes dos Blocos A e B, com prioridade aos Programas da Educação Supletiva, executando planos de supervisão por amostragem.

Terão supervisão direta da COORD, os convênios firmados com Entidades na capital.

Para os municípios de Bloco C, serão definidos mecanismos que possibilitem a supervisão e o acompanhamento indiretos além, é claro, da atuação direta do SUSUG.

Relativamente às bases municipais, a COORD enfatiza a intenção de implantar gradativamente uma proposta de descentralização de responsabilidades pedagógicas e administrativas para as COMUN, liberando o SA para desempenhar a sua real função de Supervisor/Educador. A referida proposta será implantada, inicialmente, em 5 áreas de supervisão.

NOTA: A COORD menciona sua preferência pela manutenção da sistemática de pagamento de Agentes adotada em 1984, destacando os resultados positivos.

A COORD - RS registra a manutenção do relacionamento sistemático com empresas do Estado e escritórios de contabilidade, visando a ampliação da arrecadação de recursos financeiros através da dedução de 2% do Imposto de Renda devido e de doações.

Executará um programa de divulgação das atividades do MOBRAL, a partir da documentação de ações em desenvolvimento no Estado.

Os recursos orçamentários reservados para o RS implicam em Cr\$ 6.209.409 mil sendo que Cr\$ 3.443.062 mil serão aplicados em programas e ações de apoio. Para a manutenção/estrutura foram orçados Cr\$ 2.766.347 mil.

RONDÔNIA

A ação do MOBRAL em Rondônia para 1985 se caracteriza por uma busca de maior qualidade dos programas/projetos através do aprimoramento da capacitação, acompanhamento, supervisão, controle e avaliação. Para tal, a COORD sofrerá total reestruturação possibilitada por um convênio firmado com o Governo Estadual que cederá ao MOBRAL 23 elementos a serem incorporados ao quadro atual.

Visando o aprimoramento do acompanhamento e o aprofundamento do processo de planejamento, a COORD dividiu o Estado em quatro grandes pólos, cada qual com três ou quatro municípios. Para o atendimento de cada um destes pólos, serão designados um orientador (elemento da COORD), um SE e três técnicos. As atividades destes elementos estão detalhadas no Plano de Supervisão onde se encontra a preocupação de uma aproximação deste grupo com as Células Municipais. Com tal sistemática, que permitirá um conhecimento minucioso das peculiaridades e potencialidades de cada município, juntamente com o acompanhamento e a avaliação dos projetos - em especial do PAF e PEI -, a COORD pretende otimizar a sua ação no Estado.

A nível de município, haverá uma renegociação com os Prefeitos e Secretários Municipais para, onde houver necessidade, efetuar mudanças de técnicos pertencentes ao Projeto Célula Municipal considerando a não adaptação destes ao trabalho da Instituição.

Merece destaque ainda a intenção da COORD de implementar a capacitação planejada para todos os níveis, ou seja, COORD, SUSUG, Células e Agentes. Coloca-se como grande necessidade o apoio do MOBRAL Central na preparação dos técnicos a nível estadual face a entrada dos novos elementos.

A COORD planeja para 1985 desenvolver as seguintes ações:

- . Alfabetização Funcional - deverá funcionar de forma mais adequada às características da clientela através da implantação de acordo com o clima, a safra, garimpo, etc. Destaca-se o aumento da meta em 38% em relação ao ano anterior;

- . Equivalência às quatro primeiras séries - continuará funcionando em convênio com a Secretaria de Educação. A COORD ressalta a preocupação que se deverá ter com a conscientização dos ex-alunos de PAF para ingressarem no PEI. Está prevista a elaboração, em conjunto com a Secretaria, de material específico para este Projeto, a ser utilizado, possivelmente, em 86.

. Autodidatismo - deverá funcionar como apoio à capacitação dos alfabetizadores e como atendimento a outras pessoas da comunidade;

. Profissionalização - se desenvolverá através de cursos do PETRA, determinados a partir dos interesses dos alunos de PAF e PEI. A meta foi acrescida em 35,3% em comparação a 84;

. Ações de Saúde - funcionarão como apoio aos programas supletivos partindo da transmissão de conhecimentos nesta área. Para isto, a COMUN deverá entrar em entendimentos com entidades locais e montar um Plano de Ação específico para cada município. Estão previstas ainda a formação de hortas caseiras, escolares e comunitárias;

. Ações Culturais - está prevista a realização de eventos culturais que visem preservar, valorizar e desenvolver o patrimônio cultural das comunidades. É intenção da COORD manter as unidades fixas, realimentando-as com instrumentos musicais, livros e jogos a fim de que funcionem como o ponto de referência do trabalho do MOBRAL nos municípios;

. Trabalho integrado com outras entidades:

- Projeto RONDON: continuidade do trabalho de ação comunitária no Bairro de São Sebastião.

- SUDEPE: atividades nas comunidades pesqueiras dos municípios de Porto Velho e Guajará Mirim.

- Mineração Jacundã: financiamento por esta entidade de 4 classes do PAF.

- Construtora Odebrecht: financiamento de 1 classe de PAF.

. Divulgação: se dará através da difusão de experiências de ação comunitária a serem registradas em vídeo-cassete e ainda através de programação especial prevista para a data do aniversário do MOBRAL;

. Captação de recursos: continuarão a ser mantidos os contatos com Empresários e outras instituições no sentido de apoio às ações do MOBRAL. A COORD reitera a solicitação de capacitação do Central para que seus técnicos desenvolvam mais eficientemente tal atividade.

Em seu Plano de Ação a COORD ainda informa que encontra-se em adiantada fase de negociação com a Secretaria de Estado da Educação, a implantação do Projeto de Atendimento à clientela de 9 a 14 anos.

Os recursos financeiros destinados à COORD são da ordem de Cr\$ 1.680.811 mil, sendo Cr\$ 445.512 mil para as ações educativas e o restante para manutenção.

RORAIMA

A proposta de ação educativa de Roraima para 1985 foi elaborada dentro dos limites e circunstâncias que a COORD está atravessando.

A ausência de um diagnóstico dos municípios, bem como a precariedade do acompanhamento das ações nos anos anteriores dificultou a elaboração de uma proposta voltada para as demandas dos diferentes grupos da população. O que pode ser feito em termos de planejamento foi um levantamento junto aos Prefeitos e algumas lideranças numa linha de constatações de necessidades das comunidades sem, no entanto, haver uma maior reflexão sobre as realidades locais.

Vários são os fatores e características do território que também dificultam o desenvolver de um processo educativo, a saber:

- no setor educacional, Roraima apresenta escassez de recursos humanos tanto em termos de quantidade como de qualidade (dos professores da zona rural, 94,8% são leigos não chegando a possuir sequer 1º grau completo). Há dificuldade de acesso às regiões de grande fluxo migratório, observando-se também inexistência de rede particular e municipal de ensino, cabendo toda a responsabilidade da Educação ao Governo Territorial;

- na área de saúde as carências revelam-se de modo alarmante, estando a maioria dos problemas situada nos campos da medicina preventiva e curativa;

- no que tange à cultura roraimense observa-se um não respeito à valorização das raízes históricas e culturais do povo e, em particular, da população indígena que representa 42,80% do total de habitantes.

Portanto, a base para a elaboração da proposta de Roraima, foi muito voltada para uma realidade encontrada a nível de Coordenação e das Comissões Municipais.

Pretende-se desenvolver em Roraima uma educação não-formal tendo como ponto de partida tanto os programas e projetos específicos do MCBRAL, como as ações/atividades existentes nas próprias comunidades.

As ações serão dirigidas a grupos humanos específicos como: colonos, migrantes, pescadores e população da periferia urbana de Boa Vista.

As grandes preocupações da Coordenação são o fortalecimento e a capacitação das Comissões Municipais e o trabalho conjunto com as entidades governamentais e não-governamentais visando:

- . concretizar o processo de participação em todos níveis envolvidos nas ações educativas;
- . deslanchar o processo de diagnóstico de modo que todos os níveis se apropriem das informações coletadas e analisadas;
- . desenvolver as ações educativas de modo que as camadas populares sejam ouvidas ao longo do trabalho, e as suas análises sejam incorporadas às reprogramações; e
- . reunir constantemente os grupos da população envolvidos na ação, tendo em vista validar o planejamento enquanto processo.

A aplicação de tais fundamentos requer do pessoal técnico da COORD e de todos aqueles engajados na ação o compromisso de assumir os projetos criados pelas comunidades e instituições visando à transformação das condições de vida daqueles grupos.

Portanto a ação educativa iniciará com os projetos PAF e PEI e/ou com os demais projetos através dos quais tentar-se-á sensibilizar para a alfabetização.

O PAF será desenvolvido na modalidade de classe (em 5 municípios) e miniclasse (em 8 municípios) num total de 115 classes e 1.890 participantes. O PEI atenderá a 780 participantes aproximadamente, com a formação de 39 classes, das quais 32 serão executadas através de convênios firmados com a SEC. Tanto para o PAF como para o PEI o material didático utilizado será o nacional.

O Pré-Escolar será mantido como apoio ao Sistema Regular funcionando na modalidade de GAPE e atendendo a aproximadamente 1.020 crianças.

^
Serão iniciadas ações nas áreas de saúde e trabalho. Há previsão de formação de hortas comunitárias e caseiras, campanhas de óculos, formação de grupos de produção bem como a criação de Agentes de Saúde.

As ações culturais estarão voltadas para a dinamização dos Postos Culturais, que se encontram praticamente desativados, com a criação também dos Agentes Culturais. Os Postos serão reequipados, serão reincentivados os grupos folclóricos e montada uma Minimobralteca.

Visando reforçar as estruturas municipais será implantado o Projeto Célula Básica em 07 municípios do Território com 14 Agentes.

Do total da proposta da Coordenação - Cr\$ 1.257.348 mil,
Cr\$ 413.707 mil estão alocados para os Programas sendo que, destes,
Cr\$ 140.100 mil estão comprometidos em capacitação.

lfga.

SANTA CATARINA

A análise do contexto sócio-econômico-cultural do Estado de Santa Catarina e, a reflexão sobre o trabalho desenvolvido pelo MOBRAL permitiram à COORD definir uma proposta de ação educativa para o biênio 85/86 com ênfase na Educação Supletiva, constituída de um segmento único, englobando o PAF e o PEI, onde os conteúdos das áreas pedagógica, cultural, profissional e de saúde são abordados de forma globalizada, através de uma metodologia de educação comunitária.

Todas as ações da COORD em 1985 estarão levando em conta as recomendações e sugestões encaminhadas ao MOBRAL durante o Congresso Estadual de Educação de Santa Catarina que, contou com delegados de todos os municípios catarinenses.

Considerando as várias realidades do Estado foi prevista a elaboração de material específico a ser utilizado de forma articulada com o material básico do MOBRAL.

Nas áreas de pesca industrial a COORD prevê a realização da Educação Supletiva de forma inovadora, isto é, dentro das próprias embarcações, o que será possível devido aos longos períodos que a tripulação permanece no mar.

A COORD propõe, ainda, como alternativa de Alfabetização e Educação Integrada, a atuação em áreas rarefeitas através do atendimento individualizado ou a pequenos grupos. Nestes casos, não haverá tempo definido para o trabalho, cabendo ao MOBRAL o fornecimento de material didático, a testagem dos alunos, a emissão de certificados e, o acompanhamento do trabalho. O pagamento dos agentes será efetuado de acordo com o número de alunos alfabetizados/aprovados.

Na área de Educação para o Trabalho o desenvolvimento do Projeto de Articulação com Entidades será a única opção da COORD.

A Educação para a Saúde será desenvolvida em municípios carentes, através de monitores remunerados pelo MOBRAL.

O Programa de Educação Pré-Escolar teve suas metas reduzidas, em torno de 15%, em comparação às metas de 1984. Essa redução decorre da prioridade estabelecida pela COORD à Educação Supletiva e, do interesse do Governo do Estado em assumir, através da Secretaria de Educação, o atendimento à faixa 0 a 6 anos.

Para operacionalizar sua proposta a COORD prevê um reforço à equipe técnica por meio da criação de dois grupos: grupo de supervisão e acompanhamento técnico e grupo de planejamento controle e acompanhamento operacional. Para tanto, a equipe técnica terá suas funções redimensionadas visando atender as características da proposta educativa.

No processo de capacitação estarão envolvidos os recursos humanos dos diversos níveis visando um melhor desempenho e garantindo a execução das ações. O princípio da participação o desenvolvimento de proposta de acordo com as características locais, a busca de maior identidade cultural serão enfatizadas durante os treinamentos, encontros, seminários e simpósios previstos.

A prioridade da capacitação será o aprofundamento na área de Educação Supletiva direcionando o trabalho numa linha participativa.

No caso da Educação Pré-Escolar os recursos humanos envolvidos serão capacitados conforme as linhas e diretrizes do Prô-criança.

Tanto na Educação Supletiva quanto na Educação Pré-Escolar a capacitação deverá enfatizar a reflexão sobre aspectos teóricos e práticos e a elaboração de propostas educativas.

A estratégia de ação na captação de recursos em 1985 consistirá na abordagem direta a todas as empresas, escritórios de contabilidade, agências bancárias, órgãos de comunicação, sindicato e associações comerciais de classe.

No que diz respeito à divulgação do trabalho a COORD considera ser preciso buscar a nível regional/estadual formas de divulgar a ação do MOBRAL.

Nesse sentido, a COORD deverá apresentar aos Coordenadores da Região Sul propostas de divulgação voltadas para as suas necessidades.

Para o desenvolvimento de sua proposta educativa a COORD teve assegurados Cr\$ 6.736.298 mil sendo Cr\$ 3.898.834 mil destinados ao desenvolvimento das ações e Cr\$ 2.837.464 mil à manutenção da COORD.

SÃO PAULO

As ofertas educacionais — flexíveis de acordo com as diferentes situações — visam garantir a possibilidade de alfabetização e conclusão das quatro primeiras séries do 1º grau, além de iniciativas voltadas para a área de trabalho, higiene, saúde, alimentação, atendimento à criança em idade pré-escolar e o favorecimento de uma identidade cultural das populações. Nesta perspectiva, os Programas/Projetos/Ações se apresentam com as características que se seguem:

- . busca de maior adequação dos cursos de alfabetização e equivalência a partir da regionalização e de diversificações, considerando as peculiaridades de cada realidade;

- . valorização das iniciativas voltadas para o setor informal da economia, destacando a importância das ações comunitárias na resolução dos problemas e de propostas alternativas como grupos de produção, oficinas de trabalho, etc, e manutenção dos Balcões de Emprego e Serviços;

- . continuidade do atendimento em Pré-Escolar e expansão do número de unidades em horário integral, iniciado experimentalmente em 1984. As hortas comunitárias deverão contribuir para o enriquecimento da merenda;

- . respeito pelas atividades culturais já existentes nos municípios, análise crítica sobre tais atividades, discussão de projetos locais com avaliação objetiva e constante;

- . interação dos programas/projetos nos diferentes contextos culturais, garantindo que o processo de apreensão se faça a partir dos valores próprios das comunidades;

- . difusão sistemática de noções de saúde, higiene e alimentação na forma prevista nos programas supletivos e pré-escolar, buscando-se maior entrosamento com recursos específicos na área de saúde, execução de ações a partir de projetos locais, estimulando-se a formação de comissões de saúde ou mesmo agentes a nível local;

- . destaque a ações de intermediação entre os diferentes setores da sociedade, na busca de soluções para os problemas sociais das populações de baixa-renda;

- . projetos de interesse local e projetos experimentais relacionados às atribuições do MCBRAL ou de função intermediadora poderão surgir durante o ano e a COORD deverá encontrar meios para o seu financiamento;

- . planejamento contínuo, buscando sempre maior nível de participação das comunidades, e repasse a estas a gestão da sua proposta.

A estratégia da COORD segue as linhas adotadas em 1984, colocando como prioridade a capacitação, a conscientização, a avaliação, o acompanhamento e a supervisão, considerando que os resultados serão melhores com os recursos humanos mais preparados. Haverá concentração de esforços na captação de recursos e na divulgação do MOBRL em todo o Estado.

Para a consecução dos objetivos propostos, a COORD pretende também maior entrosamento de seu corpo técnico, e destes com os demais elementos envolvidos no trabalho do MOBRL, ações conjuntas com outras instituições, reformulação estrutural das macro e micro regiões, do quadro dos Supervisores, formação de uma equipe de planejamento e o aprimoramento da sede da Coordenação.

A prioridade para alfabetização fica evidenciada pela expansão do atendimento — 50.235 alunos para 1985 — 25% superior ao de 1984, com uma diminuição substancial da média de alunos/curso, pois o aumento de classes é de 49%. O atendimento em Pré-Escolar foi reduzido em 41% e em PETRA 16%. Em relação à equivalência às 4 primeiras séries do 1º grau, a COORD estima um atendimento 21% inferior ao do ano anterior, tendo reduzido sensivelmente a média de alunos/curso, já que o número de agentes a serem conveniados é 30% superior ao de 1984. Articulação com entidades poderá ocorrer sem financiamento do MOBRL e não há meta prevista no momento. Observa-se ainda que a COORD pretende dedicar-se quase exclusivamente às ofertas básicas da Organização, pois, além do grande esforço na capacitação dos agentes e elementos das Comissões Municipais, as únicas ações de apoio se constituem na continuidade do Projeto Rural no Urbano (hortas).

Ressalta-se que, dos 5,3 bilhões de cruzeiros alocados à COORD para as ações educativas, 89,4 % destinam-se ao pagamento de ajudas aos agentes e despesas administrativas. Incluindo-se 6,3 bilhões de cruzeiros para as despesas de manutenção o orçamento da Coordenação totaliza 11,6 bilhões de cruzeiros.

SERGIPE

A COORD apresenta uma proposta de trabalho a ser desenvolvida no período de 5 anos (85/89), com a divisão do Estado em blocos de municípios (A, B e C) selecionados de acordo com a análise prévia da realidade do MOBREAL nos mesmos. Portanto encontramos na proposta educativa ações diferenciadas por bloco, com uma prioridade comum a capacitação das Comissões Municipais com vistas à descentralização.

Dentro de uma perspectiva gradativa a COORD irá deixando a cargo das Comissões Municipais, em conjunto com a comunidade, a proposta preliminar de trabalho local, a eleição dos critérios de seleção dos professores, o plano de acompanhamento dos Programas/Projetos, as atividades e a operacionalização administrativo-financeira do trabalho.

Será dada ênfase ao PAF em todos os municípios do bloco A e B com uma duração de 8 meses e 400 horas.

As comunidades têm solicitado o Projeto de Educação Integrada, que será executado pela Secretaria de Educação, as Comissões Municipais e Entidades com a duração de 10 meses/720 horas.

Tanto no PAF como no PEI o material didático utilizado será o nacional; no PEI haverá um material complementar na área de Integração Social, específico de SE. A produção do referido material decorrerá de um trabalho conjunto MOBREAL, SEEC/DSU e Universidade Federal de Sergipe. O Programa será desenvolvido nos blocos A, B e C.

A Educação para o trabalho será viabilizada através de cursos de iniciação profissional com vistas não só ao preparo para o trabalho mas também à formação de grupos produtivos. Experimentalmente serão implantados três projetos de oficinas de educação para o trabalho na zona rural a serem executados de forma integrada com a Prefeitura Municipal, CODEVASF, RONDON e SUDEPL. O Projeto será desenvolvido nos 3 blocos de municípios. Será mantido o Balcão de Emprego no município de Aracaju no sistema de funcionamento já em vigor.

O atendimento em Pré-Escolar terá uma expansão controlada, considerando-se a necessidade de melhoria de qualidade, sendo desenvolvido através da modalidade de NEPE, com material de apoio nacional e trabalhado nos municípios dos blocos A, B e C.

A educação em saúde será desenvolvida nos municípios dos blocos A e B voltada para os grupos dos projetos educativos

do MOBREAL difundindo informações básicas de higiene, saúde e alimentação e apoiando campanhas de caráter preventivo que forem realizadas pela Secretaria de Saúde.

Atendendo às solicitações dos municípios, manifestadas por ocasião do Planejamento Participativo, a COORD criou nas Comissões Municipais a função gratificada do Agente de Educação para Saúde. Para a função, deverão ser selecionadas pessoas que, além de apresentarem nível correspondente ao 2º grau, tenham conhecimento e/ou experiência na área de enfermagem.

Os Postos Culturais nos municípios dos blocos A e B servirão de base administrativa e centro aglutinador dos demais Programas e Projetos. Em convênio com os municípios são 71 Postos Culturais e em convênio com as entidades 12, assim distribuídos: Secretaria de Educação e Cultura 01, Secretaria da Justiça e Ação Social 08, Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM 02 e Cooperativa do Treze - Coopertreze 01.

A Mobralteca apoiará as atividades culturais locais mais expressivas, mobilizará recursos para apoiar os diversos Programas e dará suporte às campanhas e mutirões de interesse social.

Em padrões semelhantes aos Agentes de Células Básicas serão criados os Agentes de Supervisão Pedagógica-Administrativa em 15 municípios. Serão agentes remunerados com valores equivalentes aos dos agentes do PEL desenvolvendo trabalho nas comunidades e classes de PAF e PEL no período de março a dezembro.

A supervisão de forma sistemática é função inerente à COMUN e ao Supervisor de Área. O SA selecionará por amostragem um número de classes/grupos, onde fará o acompanhamento contínuo da ação. O acompanhamento e a supervisão de forma assistemática serão desenvolvidos pelos SE e por técnicos das áreas fim e meio.

A avaliação dar-se-á de forma periódica e sistemática, confrontando o previsto com o realizado, identificando desvios e causas de dificuldades e promovendo a adoção de medidas corretivas em tempo hábil.

A COORD pretende, ainda em 1985, concluir o processo de avaliação do PECAF e do PI iniciados em 1984.

Na linha de avaliação, acompanhamento e diagnóstico dos municípios, em 1985, ocorrerá a seleção daqueles municípios que se destacarem transferindo-os das categorias C para B e B para A.

O montante financeiro da COORD para 1985 é da ordem de Cr\$ 3.600.151 mil sendo Cr\$ 1.509.943 mil para as ações e Cr\$ 2.090.208 mil para manutenção.